

Há um crescente interesse nas Ciências Sociais pela tradição filosófica do pragmatismo. Entretanto, pouco se sabe ainda sobre como esta importante tradição vem sendo apropriada pela Teoria Social e pela Teoria Política. Parte deste problema reside na pouca atenção que tem sido dada nas Ciências Sociais às incursões dos próprios fundadores do pragmatismo na atividade de interpretar o mundo social e político em que viviam. Este livro de Thamy Pogrebinschi tem como maior mérito recuperar a tradição filosófica do pragmatismo da perspectiva das Ciências Sociais, introduzindo, talvez pela primeira vez, esta importante agenda de pesquisa teórica até hoje ausente em nosso país.

Trata-se de mais uma bela contribuição intelectual de um dos talentos mais promissores da nova geração das Ciências Sociais no Brasil. Uma contribuição que introduz o leitor aos principais conceitos filosóficos, sociais e políticos do pragmatismo, apresentando de maneira lúcida como estes conceitos são centrais à reflexão teórica contemporânea das Ciências Sociais.

JOSÉ EISENBERG

ISBN 85-7316-391-7



9 788573 163919

PRAGMATISMO

Thamy Pogrebinschi

Thamy Pogrebinschi

# PRAGMATISMO

## TEORIA SOCIAL E POLÍTICA

165  
P81p  
2005

BIBLIOTECA



Relume Dumará

# Introdução

---

## VIDA E SOBREVIDAS DO CLUBE METAFÍSICO

*Pragmatism was a variant of many strands in nineteenth-century thought but by no means their destined point of convergence. It fit in with the stock of existing ideas in ways that made it seem recognizable and plausible: James subtitled Pragmatism "A New Name for Old Ways of Thinking". But pragmatism was the product of a group of individuals, and it took its shape from the way they bounced off one another, their circumstances, and the mysteries of their unreproducible personalities.*

Louis Menand<sup>1</sup>

No ano de 1871, um grupo de jovens estudantes de diferentes cursos de pós-graduação da cidade de Cambridge, nos Estados Unidos, se reuniu em um clube, o qual nomearam de "Clube Metafísico" (*Metaphysical Club*). Este nome foi escolhido com propósitos irônicos e provocativos, conforme tornaram evidentes, alguns anos depois, os resultados de seus muitos encontros. Com efeito, para quem conhece hoje os nomes de Charles S. Peirce, William James, Nicholas St. John Green, Oliver Wendell Holmes, Joseph Bangs Warner, John Fiske, Francis Ellingwood Abbot e Chauncey Wright, não causa

nenhuma surpresa a ironia contida no nome deste grupo que se reunia justamente com o propósito de se opor à metafísica tradicional.<sup>2</sup>

Foi em uma das reuniões do Clube Metafísico, por volta de 1872, que um de seus integrantes mais ativos, Charles Peirce, expôs aos demais um rascunho com algumas anotações resultantes de suas discussões coletivas, as quais pretendia possivelmente agregar a um livro sobre lógica, que planejava um dia escrever. As idéias e opiniões contidas neste rascunho que apresentou a seus colegas, Peirce chamou de pragmatismo. Tratava-se inicialmente de um “método de determinar os significados de palavras difíceis e conceitos abstratos”, dizia seu criador. Seus colegas lhe sugeriram denominar esta sua teoria de praticismo (*practicism*) ou praticalismo (*practicalism*), mas Peirce, que conhecia bem a distinção entre os termos kantianos *praktisch* e *pragmatisch*, sabia o que estava fazendo e não mudou de idéia.<sup>3</sup>

O rascunho de Peirce foi ampliado e, entre o final de 1877 e o início de 1878, publicado na forma de dois artigos no *Popular Science Monthly*, então um dos principais periódicos científicos internacionais.<sup>4</sup> Isso não foi suficiente para que o pragmatismo passasse a desfrutar de notoriedade, nem mesmo no meio acadêmico e intelectual norte-americano. Foi apenas cerca de vinte anos depois, em 1898, com as palavras de William James, que o pragmatismo começou a ser conhecido pelo público, sendo a partir de então rapidamente difundido para além das fronteiras do país que lhe deu origem.<sup>5</sup>

Na verdade, conforme veremos no primeiro capítulo deste livro, James ampliou em muito o escopo originalmente conferido ao pragmatismo por Peirce, o que levou este a resolver, em 1904, mudar o nome de sua teoria para *pragmaticismo* (*pragmaticism*), segundo ele “uma palavra feia o bastante para

ser salva de seqüestradores”.<sup>6</sup> Mas era tarde demais para Peirce mudar o nome de sua teoria, bem como para impedir que ela fosse apossada por outros pensadores: o pragmatismo já havia se transformado em um movimento intelectual.<sup>7</sup>

Com efeito, tão logo James revelou publicamente que suas idéias consubstanciavam aquilo que seu colega Peirce inicialmente denominara de pragmatismo, ele foi informado que na Universidade de Chicago havia um grupo de professores que, influenciados pela leitura de seu famoso *The Principles of Psychology* (1890), parecia estar desenvolvendo idéias semelhantes às suas. Foi assim que James conheceu John Dewey, e após extensa troca de correspondência com ele e uma visita ao seu local de trabalho, onde também foi apresentado a George Herbert Mead, concluiu que “Chicago possui uma Escola de Pensamento!”.<sup>8</sup>

A partir deste momento, como se sabe, o pragmatismo desfrutou de seus anos gloriosos, tornando-se a principal tendência da filosofia norte-americana e conquistando adeptos em todo o mundo.<sup>9</sup> No entanto, em torno da metade do século XX, o pragmatismo havia sido praticamente banido do meio intelectual e acadêmico norte-americano pela filosofia analítica, que então reinava absoluta. Algumas ramificações do pragmatismo, como o interacionismo simbólico, ainda desfrutaram de uma certa sobrevivência, mas não caberia identificá-lo como um verdadeiro pragmatismo.

Contudo, a partir da última quinzena do século XX, passamos a assistir a uma ressurgência do pragmatismo, e desta vez não apenas no campo da filosofia, mas também nos domínios, principalmente, das ciências sociais (sociologia e ciência política), do direito e da literatura. Alguns estudiosos do tema justificam este interesse renovado pelo pragmatismo a partir do descrédito generalizado em torno da filosofia analítica, ex-

perimentado por muitos pensadores norte-americanos, bem como da busca empreendida por alguns intelectuais europeus por uma teoria alternativa ao marxismo.<sup>10</sup>

Mas seria este novo pragmatismo, ou neopragmatismo como muitos preferem denominá-lo, apenas uma reatualização dos temas em jogo no início do século? Tratar-se-ia apenas de um interesse renovado no estudo dos autores que deram notoriedade a tal escola de pensamento nos primeiros anos do século XX? Tudo parece indicar que não. Esta nova leva de estudos pragmatistas não se contenta simplesmente em atualizar o estudo dos pragmatistas clássicos, mas vem afirmando novos autores e novas temáticas, na maioria das vezes baseados em conceitos e idéias desenvolvidas preliminarmente pelos primeiros pragmatistas, mas nem sempre rigorosa e sistematicamente neles escorados.

Apesar de todos os seus méritos, o pragmatismo, conforme bem observou William James, é um novo nome para antigas formas de pensamento. Não por acaso, o subtítulo de seu principal livro sobre o assunto, *Pragmatism*, é exatamente este: “Um novo nome para algumas antigas formas de pensamento”.<sup>11</sup> Com efeito, conforme restará claro a partir do primeiro capítulo deste livro, entre os antigos modos de pensar que ganham nova substância com o pragmatismo estão, principalmente, o utilitarismo de John Stuart Mill e o ceticismo característico do iluminismo escocês. Além disso, o pragmatismo indubitavelmente também apresenta similaridades com outros sistemas de pensamento desenvolvidos ao longo do século XIX, como é o caso do marxismo, do positivismo e do darwinismo. Há ainda quem tente traçar as origens do pragmatismo no romantismo alemão, em Nietzsche, no pensamento anglo-saxão e, ainda mais remotamente, no ceticismo e no empirismo da Antiguidade clássica.<sup>12</sup>

Esta grande variedade de influências e semelhanças que o pragmatismo supostamente compartilha com outras formas de pensamento talvez explique por que não seja possível se falar em um único e homogêneo pragmatismo, mas sim em múltiplos pragmatismos – ou, ainda, em um pragmatismo multifário.<sup>13</sup> Com efeito, desde a sua criação, no âmbito do Clube Metafísico, o pragmatismo é o resultado da contribuição de autores com formação e atuação em diferentes áreas do pensamento. O resultado disso, conforme acreditamos, foi a elaboração de uma teoria que, tanto em sua gênese histórica como em sua essência teórica, expressa um inegável pluralismo e uma infinita capacidade de se harmonizar com outras e distintas formas de pensamento. O pragmatismo, afinal, é eminentemente antifundacionista e por isso “não tem dogmas, não tem doutrinas, só tem um método”.<sup>14</sup> Se o pragmatismo é apenas um método, ele é um método, como diz James, “com atitude”: “uma atitude de orientação, é nisto que o método pragmatista implica”.<sup>15</sup> Enfim, talvez o pragmatismo seja exatamente isso: uma teoria que nos permite compreender antigas teorias e, ao mesmo tempo, criar outras novas; um método para conferir significado a conceitos e concepções; um meio de dar sentido à realidade e à ação através da teoria; um propósito de experimentar incessantemente novas formas de pensar e também de reexperimentar aquelas que já são conhecidas. Por isso, talvez a melhor explicação sobre o pragmatismo esteja em uma metáfora criada por Giovanni Papini. De acordo com este pragmatista italiano, o pragmatismo opera como o corredor de um hotel no qual cada quarto se encontra ocupado por uma teoria diferente, por uma tradição filosófica distinta. Este corredor dá acesso a todos os quartos, sem que se precise, contudo, escolher um deles para entrar. Ao passo que todos os hóspedes deste grande hotel que é o pensamento

precisam, necessariamente, passar pelo corredor para entrar e sair de seus aposentos.<sup>16</sup>

O objetivo deste livro não é o de oferecer uma genealogia do pragmatismo, tampouco o de indagar a respeito das possíveis influências ou semelhanças por ele compartilhadas com outras formas de pensamento. Ao contrário, nosso objetivo é o de tentar compreender em que consiste o núcleo teórico do pensamento pragmatista, provendo um panorama geral do mesmo apenas naquilo que é essencial para entender suas aplicações no campo da teoria social e da teoria política. Por conseguinte, no intuito de fazer deste livro uma fonte de recuperação do pragmatismo em sua formulação original, analisaremos no primeiro capítulo aquilo que acreditamos ser a verdadeira fonte ou matriz (filosófica) do pragmatismo. Para tanto, percorreremos as obras de Charles Peirce, William James e John Dewey, para explicar como operam em seus pensamentos os três elementos que acreditamos serem constitutivos disso que chamamos de matriz pragmatista: o antifundacionalismo, o conseqüencialismo e o contextualismo. Já no segundo capítulo, nosso objeto de investigação será a aplicação do pensamento pragmatista no âmbito da teoria social. Deste modo, analisaremos dois dos principais conceitos sociológicos desenvolvidos na tradição pragmatista e em sua recepção contemporânea: os conceitos de ação e de comunicação. Por fim, no terceiro capítulo, examinaremos algumas relações entre o pragmatismo e a teoria política, por meio da contribuição de seus autores clássicos ao desenvolvimento dos conceitos de comunidade e de democracia. Cabe ressaltar que tanto no exame das interfaces do pragmatismo com a teoria social como no de suas interações com a teoria política, a matriz filosófica – ou seja, os três elementos constitutivos do pragmatismo – identificada no primeiro capítulo será constante-

mente retomada, uma vez que ela é inseparável de suas aplicações multidisciplinares, pois que constitui, inevitavelmente, a essência do pragmatismo.

\*

Este livro foi pensado, gestado e escrito no âmbito de meus estudos no IUPERJ, tendo sua primeira versão constituído o ponto de culminância do mestrado que lá realizei. Assim, gostaria de registrar aqui meu agradecimento ao Instituto como um todo e também à FAPERJ pela bolsa de estudos que recebi durante parte deste tempo. Muitas pessoas ainda foram essenciais nesse processo, e é sempre um risco lembrar de algumas sem esquecer de todas. Mas não posso deixar de mencionar, todavia, meu agradecimento especial ao José Eisenberg, por ter me apresentado ao pragmatismo e por todas as nossas tão proíficas e divertidas parcerias acadêmicas, das quais este livro é sem dúvida mais um fruto; ao José Maurício Domingues, por ter me introduzido ao mundo da sociologia e da teoria social e pelo diálogo e amizade que se tornaram uma constante desde então; ao Renato Lessa, pelo valioso incentivo e as imprescindíveis críticas, sugestões e correções à primeira versão deste material; por fim, ao Luiz Eduardo Soares, também pela inestimável leitura da primeira versão com todas as incontáveis contribuições e correções para que ela fosse aperfeiçoada. Finalmente, dedico este livro à minha família, meus pais, irmãos e queridos agregados, pelo carinho e apoio constantes.

## Notas

<sup>1</sup> *The Metaphysical Club*, p. 370-371.

<sup>2</sup> “It was in the earliest seventies that a knot of us Young men in Old Cambridge, calling ourselves, half-ironically, half-defiantly “The Metaphysical Club” – for agnosticism was then riding its high horse, and was frowning superbly upon all metaphysics, – used to meet, sometimes in my study, sometimes in that of William James”. Este é o testemunho de Charles Peirce, escrito em 1907. Cf. “Pragmatism”. In: *The Essential Peirce*, volume II, p. 399.

<sup>3</sup> O próprio Peirce nos explica o motivo de sua opção: “For one who had learned philosophy out of Kant, as the writer, along with nineteen out of every twenty experimentalists who have turned to philosophy, had done, and who still thought in Kantian terms most readily, *praktisch* and *pragmatisch* were as far as the two poles, the former belonging in a region of thought where no mind of the experimentalist type can ever make sure of solid ground under his feet, the latter expressing relation to some definite human purpose. Now quite the most striking feature of the new theory was its recognition of an inseparable connection between rational cognition and rational purpose; and that consideration it was which determined the preference for the name *pragmatism*.” Cf. “What Pragmatism Is”. In: *The Essential Peirce*, volume II, p. 332-333.

<sup>4</sup> Estes artigos são: “The Fixation of Belief” e “How to Make Our Ideas Clear”, ambos republicados posteriormente em várias coletâneas de textos de Peirce.

<sup>5</sup> James tornou o pragmatismo uma teoria mundialmente conhecida a partir de uma conferência que realizou em 1899 na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Esta conferência resultou em uma publicação (“Philosophical Conceptions and Practical Results”), posteriormente reeditada em várias coletâneas de sua obra. A importância desta conferência, assim como da publicação que dela resultou, é que, além de divulgar definitivamente o pragmatismo, é nela que James primeiramente atribuiu a fonte de suas idéias à Peirce, identificando-o como o pai do pragmatismo. Peirce, naquele momento, era um pensador praticamente desconhecido e encontrava dificuldades tanto para publicar seus trabalhos como para lecionar. James, ao contrário, era um professor internacionalmente renomado e naquele momento recolhia os louros pela publicação de seu famoso *The Principles of Psychology* (1890). Sem dúvida, foi James o responsável por tornar tanto o pragmatismo como seu amigo Peirce conhecidos. Ver, a respeito, Louis Menand, *The Metaphysical Club*, capítulos 9 e 13.

<sup>6</sup> Cf. “What Pragmatism Is”. In: *The Essential Peirce*, volume II, p. 334-335. De acordo com Peirce, os ‘seqüestradores’ de sua teoria são William James e F.C.S. Schiller. Sobre a versão do pragmatismo deste último, ver os seus *Humanism: Philosophical Essays* (1903) e “The Definition of ‘Pragmatism’ and ‘Humanism’”. In: *Mind* 14 (abril 1905): 235-40.

<sup>7</sup> É muito comum o pragmatismo ser chamado de ‘movimento’, principalmente pelos seus propositores. O próprio James fala em um “autodenominado movimento pragmatista”. Ver, a respeito, o prefácio ao seu *Pragmatism* (1907).

<sup>8</sup> “The Chicago School” (1904). In: *Essays in Philosophy, The Works of William James*, p. 102. Apud Louis Menand, *The Metaphysical Club*, p. 360.

<sup>9</sup> Além do inglês F.C.S. Schiller, sem dúvida o mais famoso pragmatista fora dos Estados Unidos, havia um pequeno, porém notório, círculo de pragmatistas na Itália composto por Giovanni Vailati, Mario Calderoni e Giovanni Papini. Este último, autor de um importante livro sobre o assunto, intitulado *Sul Pragmatismo (Saggi e Ricerche)* (1913).

<sup>10</sup> Ver Morris Dickstein, “Introduction: Pragmatism Then and Now”. In: *The Revival of Pragmatism: New Essays on Social Thought, Law and Culture*, p. 1. Alguns destes mesmos argumentos também estão em Richard Bernstein, “Pragmatism, Pluralism and the Healing of Wounds”. In: *Pragmatism. A Reader*, p. 390 e segs.

<sup>11</sup> *Pragmatism: A New Name for Some Old Ways of Thinking* (1907).

<sup>12</sup> Sobre as origens do pragmatismo no romantismo alemão, ver Thomas Grey, “What Good is Legal Pragmatism”. In: *Pragmatism in Law and Society*, editado por Michael Brint e William Weaver, p. 9 e segs. E também Émile Durkheim, *Pragmatismo y Sociologia*, p. 27 e segs; em Nietzsche, ver Émile Durkheim, *Pragmatismo y Sociologia*, p. 24 e segs; no pensamento anglo-saxão, ver Émile Durkheim, *Pragmatismo y Sociologia*, p. 27 e segs. Os próprios Peirce e Dewey admitem diretamente esta influência. Cf. Charles Peirce, “Pragmatism”. In: *The Essential Peirce*, volume II, p. 200; John Dewey, “The Development of American Pragmatism”. In: *The Essential Dewey*, p. 3 e segs; por fim, sobre as origens do pragmatismo no ceticismo e no empirismo da Antiguidade clássica, ver Nicholas Rescher, *Realistic Pragmatism*, capítulo. 1.

<sup>13</sup> O primeiro autor a sustentar a idéia de que não existe um único prag-

matismo, mas, pelo menos, mais de um, foi Arthur O. Lovejoy, já em 1908. Cf. "The Thirteen Pragmatism". *Journal of Philosophy and Scientific Methods* 5 (1908): 5-39. Além dele, Nicholas Rescher, por exemplo, acredita que a partir de Peirce o pragmatismo vem assumindo três formas principais: uma de ordem semântica, outra de cunho epistemológico e a terceira de caráter ontológico. O *pragmatismo semântico*, afeito ao tema da linguagem, insiste na idéia de que o significado das palavras consiste naquilo que é atribuído pelo seu próprio uso. Já o *pragmatismo epistemológico* defende que a implementação bem-sucedida de crenças fornece o critério apropriado para a verdade das mesmas. Por sua vez, o *pragmatismo ontológico ou metafísico* é aquele que afirma a primazia da prática sobre a teoria. Estas três vertentes de apresentação da filosofia pragmatista são ainda subsumidas por Rescher em uma classificação dualista, qual seja, entre um pragmatismo "da direita" que se oporia diametralmente a outro, "da esquerda". Abstraindo-se a conotação ideológica que tal classificação imediatamente parece assumir, o que Rescher efetivamente quer denominar por "pragmatismo da esquerda" é aquela versão da teoria que parece ser mais flexível e variável, afeita que é ao relativismo cognoscitivo e ao pluralismo. Seria esta a vertente adotada por James e, contemporaneamente, Rorty. Já o "pragmatismo da direita", representado por Peirce, Putnam e pelo próprio Rescher, consiste numa versão mais objetivista e universalista da teoria. Cf. *Realistic Pragmatism*, p. 12 e segs e 64 e segs. Também outro estudioso do pragmatismo, H. O. Mounce, acredita que existem dois tipos de pragmatismo distintos e antagônicos entre si. De acordo com ele, há um 'primeiro pragmatismo', que é o pragmatismo de Peirce, marcado por um cientificismo que se opunha ao positivismo, ao materialismo e ao racionalismo científico do século XIX. Além deste, há um 'segundo pragmatismo', que é o pragmatismo resultante da má compreensão do pensamento de Peirce por parte de James, subseqüentemente cultivado por Dewey e desabrochado em Rorty. Este segundo pragmatismo, de acordo com Mounce, consiste justamente em uma versão daquelas espécies de cientificismo às quais Peirce se opunha. Cf. *The Two Pragmatisms, passim*. Quanto ao fato de o pragmatismo ser um único pensamento, porém multifário, ver Matthew Festenstein, *Pragmatism and Political Theory*, p. 3 e segs.

<sup>14</sup> William James, "What Pragmatism Means". In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 28.

<sup>15</sup> Idem, p. 29.

<sup>16</sup> Vale reproduzir, a respeito, um trecho de William James sobre esta metáfora de Papini, de quem ele era correspondente: "It [pragmatism] lies in the midst of our theories, like a corridor in a hotel. Innumerable chambers open out of it. In one you may find a man writing an atheistic volume; in the next some one on his knees praying for faith and strength; in a third a chemist investigating a body's properties. In a fourth a system of idealistic metaphysics is being excogitated; in a fifth the impossibility of metaphysics is being shown. But they all own the corridor, and all must pass through it if they want a practicable way of getting into or out of their respective rooms". Cf. "What Pragmatism Means". In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 28-29.

# Capítulo 1

---

## A MATRIZ FILOSÓFICA DO PRAGMATISMO

*The elements of every concept enter into logical thought at the gate of perception and make their exit at the gate of purposive action; and whatever cannot show its passports at both those two gates is to be arrested as unauthorized by reason.*

Charles Sanders Peirce<sup>1</sup>

### 1.1. As origens do pragmatismo: Peirce, James e Dewey

Seria pouco afirmar apenas que a matriz filosófica do pragmatismo se encontra em Charles S. Peirce, William James e John Dewey, pois nestes autores se encontra a totalidade do núcleo teórico deste pensamento, que irá posteriormente possibilitar o seu desenvolvimento em outros campos do conhecimento. Inicialmente, com Peirce, o pragmatismo parece se resumir apenas a uma teoria da significação (*theory of meaning*) subsumida em um método e uma máxima (a máxima pragmática) que o coloca em operação. O fato é que Peirce, com efeito, é o pai do pragmatismo: foi ele quem lhe deu nome e trouxe à tona suas características principais – mas o desenvolvimento de sua formulação inicial do que seja propriamente o

pragmatismo deixa muito a desejar.<sup>2</sup> O problema é que Peirce, como bom lógico e matemático que era, preocupou-se mais em apresentar uma prova consistente de sua nova teoria, o pragmatismo, do que em dar continuidade ao desenvolvimento do seu conceito inicial ou ainda aplicá-lo mais concretamente. Assim, foi William James quem, a partir dos escritos de Peirce, desenvolveu enfaticamente a teoria pragmática e a apresentou para o mundo. Em sua esteira, e quase concomitantemente, John Dewey foi também responsável pelo desenvolvimento dos inúmeros desdobramentos do pragmatismo, bem como por ilustrar largamente as suas múltiplas formas de aplicação. Neste sentido, com James e Dewey, o pragmatismo foi ampliado também em seu escopo. Se em Peirce ele parecia ser filosoficamente apenas uma teoria da significação, a partir de James e Dewey o pragmatismo começa a assumir também a forma de uma teoria da verdade.

Com efeito, apesar das peculiaridades e desenvolvimentos particulares de cada um daqueles três autores – os primeiros pragmatistas, ou pragmatistas originais, clássicos, conforme invariavelmente os chamaremos –, o fato é que o pragmatismo indubitavelmente apresenta um núcleo comum, que transparece na obra de cada um deles, e que constitui a razão da relação real que existe entre os seus pensamentos. Este núcleo comum, que aqui denominamos de matriz pragmatista, pode ser subsumido em três idéias principais: o antifundacionalismo, o consequencialismo e o contextualismo.

É no âmbito dos eixos principais do pragmatismo – a teoria da significação e a teoria da verdade – que estes três elementos destacados acima se desenvolvem. Mas antes de adentrarmos na análise de sua elaboração em cada um dos primeiros três autores pragmatistas, é preciso ressaltar ainda que todos eles também convergem filosoficamente em outros aspectos

que se tornam patentes a partir de um primeiro olhar sobre suas obras. Constituem estas orientações filosóficas comuns ao pragmatismo, as seguintes: *o afastamento da metafísica* (Peirce afirmou certa vez que a razão de ser do pragmatismo é mostrar como quase todas as proposições da metafísica ontológica são sem sentido ou manifestamente absurdas).<sup>3</sup> Esta mesma assertiva se desenvolve também plenamente em James e Dewey), a *rejeição do nominalismo* (de acordo com o pragmatismo, o nominalismo era uma filosofia em auxílio do egoísmo. Isto se deve ao fato de que o nominalismo nega o social, uma vez que reconhece apenas a realidade dos indivíduos)<sup>4</sup> e, por fim, a *proximidade com o realismo* (embora os três pragmatistas concordassem que a realidade e a percepção dos objetos prescindem de mediações, a única ressalva possível aqui é sobre qual realismo está em jogo. Peirce, por exemplo, dizia-se um adepto do realismo escolástico, enquanto Putnam insiste que James advogava o realismo direto).<sup>5</sup>

Com efeito, se hoje podemos definir o pragmatismo a partir daquelas suas três características nucleares – o antifundacionalismo, o consequencialismo e o contextualismo –, isto decorre da própria aplicação do método pragmatista de análise. Em outras palavras, pragmaticamente, o significado do pragmatismo, como o de qualquer outra teoria, só poderia ser conhecido através do teste de suas consequências, isto é, por meio da perspectiva de um futuro ainda em formação. Por conseguinte, as três características que aqui apresentamos como constituintes da definição – e, portanto, do significado – do pragmatismo consistem na resposta à famosa pergunta que consubstancia o método pragmatista: quais as diferenças práticas que o pragmatismo acarretou para a filosofia?

É isso que vamos tentar responder a partir de agora.<sup>6</sup>

## 1.1.1. ANTIFUNDACIONALISMO

O antifundacionalismo talvez seja, das três características definidoras do pragmatismo, aquela que mais corrobora a nossa afirmação de que o próprio pragmatismo só pode ser compreendido pragmaticamente, ou seja, através do teste de suas conseqüências. Com efeito, se por um lado os primeiros pragmatistas já reconheciam claramente o caráter instrumental do seu pensamento, o antifundacionalismo apenas veio a ser enfatizado enquanto característica do pragmatismo nas vozes dos seus defensores mais recentes.<sup>7</sup> O método que advogava que as teorias só poderiam ser testadas pelas suas conseqüências teve, enfim, o seu próprio teste. O antifundacionalismo é, sem dúvida, uma das principais conseqüências do pragmatismo – e isso não se restringe apenas ao campo da filosofia.

E em que consiste, afinal, o antifundacionalismo? Trata-se de uma permanente rejeição de quaisquer espécies de entidades metafísicas, conceitos abstratos, categorias apriorísticas, princípios perpétuos, instâncias últimas, entes transcendentais, dogmas, entre outros tipos de fundações possíveis ao pensamento. Trata-se, afinal, de negar que o pensamento seja passível de uma fundação estática, perpétua, imutável. O antifundacionalismo pragmatista se exerce também na recusa à idéia de certeza e aos tradicionais conceitos filosóficos de verdade e realidade; não se trata de negar a existência da verdade e da realidade, mas sim de submeter seus conceitos tradicionais a um novo método. Por fim, o antifundacionalismo pragmatista se apresenta ainda sob a forma de uma crítica incessante; não se trata de uma crítica determinada e direcionada a um objeto concreto, mas de um desejo permanente de crítica, da crítica enquanto método de pensamento. Vejamos como o antifun-

dacionalismo se apresenta em cada um dos três formuladores iniciais do pragmatismo.

Em um dos seus primeiros ensaios, publicado em 1868, Peirce pergunta a seus leitores o que aconteceria se a autoridade *interna* encontrasse o mesmo destino que a autoridade externa encontrou na história das idéias.<sup>8</sup> Na verdade, Peirce não quer com esta pergunta sugerir, ou efetivamente operar, uma substituição entre um tipo de autoridade e outra, ou ainda, em outras palavras, ele não quer conferir nenhum tipo de autoridade especial para coisa alguma – nem para crenças inconscientes, nem mesmo para hábitos formados pela experiência.

A radical oposição que Peirce estabelece em relação ao cartesianismo o leva a insistir em diversas negações: i) não existe um poder de introspecção; ii) não existe um poder de pensar sem signos; iii) não existe um poder de intuição; e iv) não existe uma concepção do absolutamente incognoscível. Primeiramente, Peirce deseja negar a existência de um suposto poder de introspecção e em seu lugar afirmar que todo conhecimento do mundo interno é derivado, por raciocínio hipotético, do conhecimento que temos dos fatos externos. Isto é, o que chamamos de inconsciente nada mais é senão o resultado de inferências. Por conseguinte, a única maneira de investigar uma questão psicológica é através da inferência de fatos externos. De acordo com Peirce, não é possível pensar sem signos (*signs*), pois o pensamento só pode ser conhecido por fatos externos, e o único pensamento que pode ser conhecido é aquele que se estabelece por sinais, por signos. E uma vez que não existe pensamento que não pode ser conhecido, todo pensamento deve, necessariamente, ser feito de signos.<sup>9</sup>

Além disso, ao negar a existência de um suposto poder de

intuição, Peirce afirma que toda cognição é logicamente determinada por cognições prévias. Em outras palavras, todo pensamento deve ser interpretado a partir de outro que lhe seja anterior. Problematizando a questão acerca de como um signo pode ter um significado se, por definição, ele é o signo de algo absolutamente incognoscível, Peirce diz que todas concepções são obtidas por abstrações e combinações de cognições que primeiramente ocorrem em julgamentos da experiência. Portanto, não é possível existir uma concepção do absolutamente incognoscível, pois que nada deste tipo ocorre na experiência. E como o significado de um termo consiste na concepção que ele transmite, conseqüentemente, nenhum termo pode ter a priori tal significado. Assim, supor que uma cognição é determinada apenas por algo absolutamente externo é supor suas determinações como incapazes de explicação. E uma hipótese incapaz de explicar aquilo a que se propõe é uma hipótese que se contradiz a si mesma, logo toda e qualquer cognição é determinada por outras cognições que lhe são anteriores. Afinal, nenhuma cognição que não seja determinada por outras prévias pode ser conhecida. E isso não existe, pois: a) é absolutamente incognoscível, e b) uma cognição apenas existe na medida em que ela é conhecida.<sup>10</sup>

Perceba-se que o rigoroso cientificismo de Peirce o leva a refutar não apenas teorias que fundamentam o conhecimento no mundo externo, como é o caso do cartesianismo, mas também aquelas que o fundamentam no inconsciente – o que explica o seu confronto intelectual com a nova psicologia britânica e também com William James, conforme veremos adiante ainda nesse capítulo. Segundo Peirce, o pragmatismo é essencialmente um método de comparar concepções entre si a fim de saber qual delas tem capacidade de modificar a conduta prática dos sujeitos e, neste sentido, faz parte da lógi-

ca, e não da psicologia: “Qual é a verdadeira definição do pragmatismo, eu acho muito difícil de dizer; mas na minha compreensão (*nature*) ele é uma espécie de atração instintiva por fatos vivos”.<sup>11</sup>

O pragmatismo de Peirce, no entanto, vai muito além de constituir uma mera teoria do significado dos conceitos, ou um simples método de analisar concepções. O pensamento peirceano, não obstante suas derivações lógicas e matemáticas, dá origem a um verdadeiro sistema filosófico – sua filosofia é uma *filosofia da prática*: “por filosofia eu entendo aquele departamento da ciência positiva, ou ciência do fato, que não se ocupa de acumular fatos, mas somente de aprender o que pode ser aprendido da experiência que se compele sobre cada um de nós diariamente e a cada hora”.<sup>12</sup> O pragmatismo faz os conceitos irem muito além do plano prático, ele permite que a imaginação entre em cena em toda a sua plenitude, desde que mantenha em vista os efeitos práticos possíveis dos mesmos e desde que reflita em suas categorias fundamentais.<sup>13</sup>

O antifundacionalismo de Peirce se traduz também em sua recusa de lidar com os conceitos de verdade e realidade nos moldes da metafísica tradicional. De acordo com ele, o que define a realidade é a sua independência em relação às opiniões de pessoas individualmente consideradas. Desta forma, o real é aquilo que não está sujeito à vontade e aos caprichos de qualquer pessoa, é aquilo no qual o raciocínio humano irá, necessariamente, em algum momento, resultar. A realidade, portanto, se constitui paulatinamente através de um *processo investigatório*, consolidando o que Habermas chama de conceito lógico-semântico de realidade de Peirce.<sup>14</sup> O pragmatismo antifundacionalista de Peirce implica também um falibilismo – como ele próprio denomina, ressalte-se<sup>15</sup> – na medida

em que ele afirma que as conclusões da ciência são sempre tentativas, experimentais. Assim, a racionalidade do método pragmatista não depende da certeza de suas conclusões, mas de seu caráter autocorretivo. Ou seja, é através da aplicação contínua da investigação que a ciência, por exemplo, pode detectar e corrigir seus próprios erros e, possivelmente, conduzir à verdade.

É possível afirmar que a questão da verdade – ou a teoria da verdade – representa justamente o maior ponto de tensão entre Peirce e William James.<sup>16</sup> Se para Peirce o pragmatismo consistia essencialmente em uma teoria da significação, para James ele é, além disso, uma teoria da verdade. O ímpeto de James em tirar o pragmatismo peirceano do quadro-negro, em fazê-lo sair dos limites da sala de aula ou do laboratório para alcançar situações concretas do cotidiano, fez com que a matriz pragmatista não só se tornasse menos científica e dedutiva, como também substantivamente mais ampla. Um dos pontos em que esta ampliação do escopo inicial da teoria pode ser melhor percebida é exatamente em como o pragmatismo lida com a questão da verdade. Enquanto teoria da verdade, o pragmatismo de James sustenta que as idéias não são apenas abstrações e generalizações da experiência, mas seus componentes. Isto é, as idéias não apenas interpretam a experiência, mas constituem elementos importantes da mesma. Por conseguinte, se as idéias são efetivamente aspectos da experiência e não meramente interpretações dela, elas se tornam verdadeiras na medida em que ajudam as pessoas a estabelecer outras e variadas relações com a experiência.<sup>17</sup> Assim, a verdade em James assume a forma de um processo, o qual ressalta seu caráter relacional e dinâmico. O primeiro problema de James está em compatibilizar esse conceito de verdade com a concepção peirceana da verdade como o resultado futuro e pre-

visível de um acordo (*agreement*) – a qual James, todavia, não abandona. Já o segundo problema de James em relação a Peirce é o de reformular a concepção de verdade como correspondência à realidade sem recair em um subjetivismo exagerado. Mas antes de aprofundar em demasia o tema da verdade, ao qual retornaremos logo adiante, é necessário que expliquemos como o antifundacionalismo se apresenta em William James.

De acordo com James, o pragmatismo pode ser compreendido como um *método*. Não se trata, todavia, de um método qualquer, mas sim de um “método com atitude”. O método pragmatista, portanto, é essencialmente um meio de resolver disputas metafísicas, de colocar um fim em questões tidas como intermináveis e inconclusivas. Resolver uma contenda metafísica através do método pragmatista implica interpretar cada um dos conceitos metafísicos traçando suas respectivas conseqüências práticas. Em outras palavras, temos aqui o mesmo pragmatismo enquanto teoria da significação, tal como desenvolvido por Peirce: o significado de um conceito apenas pode ser conhecido através de suas conseqüências práticas. Um conceito é, em ato, o que ele é no seu futuro – conforme ficará mais claro adiante, quando abordarmos o conseqüencialismo pragmatista. A questão que deve ser, portanto, colocada pelo método pragmatista é melhor desenvolvida por James do que por seu antecessor: “que diferença faria, no nível prático, para qualquer pessoa, se esta noção ao invés daquela outra fosse verdadeira?”. Para o pragmatista, se nenhuma diferença prática pode ser observada é porque as alternativas significam praticamente a mesma coisa e, por conseguinte, qualquer disputa em torno delas é vã.

São vãs e insignificantes, portanto, as controvérsias metafísicas e todos os debates em torno do significado das entidades

metafísicas – tais como o absoluto, a unidade, a natureza, o livre-arbítrio, entre tantas outras –, as quais se tornam inócuas e, por conseguinte, irrelevantes enquanto fundação de qualquer pensamento. Como explica James, o pragmatismo:

se mantém distante da abstração e da insuficiência, das soluções literais, das más razões a priori, dos princípios fixos, dos sistemas fechados, e dos supostos absolutos e origens. Ele se volta para a concretude e para a adequação, para os fatos, para a ação e para o poder.<sup>18</sup>

Para James, por conseguinte, os princípios, as origens, os absolutos, as razões apriorísticas, enfim, todo e qualquer tipo de fundação deve ser rejeitado. Se o pragmatismo é, como James define, uma ‘atitude de orientação’, segundo a qual nenhuma palavra é passível de colocar um ponto final à indagação e nenhum conceito é passível de concluir uma investigação, a idéia de fundação precisa ser rejeitada *in totem* – não apenas quando ocupa a posição de ponto de partida de uma teoria, mas também quando é considerada, por alguma teoria, durante o curso de uma contenda acerca do significado de alguma concepção. Cada palavra deve ser relacionada com a experiência, gerando um novo significado e assim sucessivamente, de modo que o pragmatismo não forneça uma solução – tampouco uma solução final – para o debate, mas sim uma indicação, uma orientação sobre os modos por meio dos quais as realidades existentes podem ser modificadas: “as teorias, portanto, se tornam instrumentos, e não respostas para enigmas, em que podemos parar”.<sup>19</sup> Ou seja, para o pragmatismo, não existem respostas capazes de fazer cessar a investigação – não há uma verdade final a ser atingida –, a qual deve prosseguir incessantemente, alimentada a cada momento pelas no-

vas informações, respostas parciais, semiverdades, que são geradas neste processo de relacionar a realidade com a experiência. O pragmatismo desestabiliza todas as teorias existentes, as flexibiliza, as torna maleáveis e as coloca em operação ao serem confrontadas com a experiência de cada participante do processo investigatório, bem como com a realidade de cada momento no qual a investigação esteja sendo processada.

De acordo com a formulação pragmatista de James, por conseguinte, nenhum conceito é passível de oferecer seu significado final, pois ele pode ser modificado incessantemente e é nisso que consiste a sua realidade e a sua verdade. Portanto, nenhum conceito pode funcionar como ponto de partida de uma teoria, e tampouco como ponto de chegada. Em sua rejeição das abstrações, o método pragmatista consiste na “atitude de fugir das coisas primeiras (*first things*), princípios, categorias, supostas necessidades; e buscar as coisas últimas, frutos, conseqüências, fatos”.<sup>20</sup>

Com efeito, cabe lembrar que a cruzada antifundacionalista de James encontra-se no epicentro de seu confronto com o conjunto de teorias que ele denomina como racionalistas em oposição àquelas chamadas de empiricistas, no seio das quais o pragmatismo se enquadra. Os filósofos racionalistas, segundo James, são todos aqueles que priorizam os princípios em detrimento dos fatos, estes últimos abençoados pelos empiricistas. Ademais, os racionalistas são filosoficamente idealistas, monistas e dogmáticos, enquanto os empiricistas são, ao contrário, materialistas, pluralistas e céticos.<sup>21</sup>

Se o antifundacionalismo de James pode ser devidamente ilustrado por meio do conflito com o que ele denomina amplamente de racionalismo, também o antifundacionalismo de John Dewey pode ser elucidado através de sua forte oposição ao idealismo, especialmente o idealismo transcendental ale-

mão.<sup>22</sup> Na verdade, o confronto de Dewey com a filosofia predominante em seu tempo se estabelece de uma forma mais generalizada, coincidindo com a recusa de qualquer tipo de pensamento que insista na idéia de certeza, ou, mais especificamente, na idéia de que a segurança filosófica apenas pode ser medida pela certeza do conhecimento, enquanto este, por sua vez, só pode ser medido pela sua aderência a objetos fixos e imutáveis.

De acordo com Dewey, os homens historicamente se acostumaram a cultivar tudo aquilo que supostamente poderia lhes trazer a sensação de certeza. Mas apenas a sensação, pois a certeza absoluta é inalcançável. Mesmo enquanto mera sensação isso deu aos homens coragem e confiança bastantes para enfrentar a vida – mas esse fato, afirma ironicamente Dewey, não pode ser seriamente reivindicado como fundação de nenhuma filosofia que se pretenda razoável. Mas o ponto é que os fundamentos surgem justamente como resposta para o brado humano pela segurança, ao se encontrarem os homens desesperadamente vivendo uma vida de incerteza em um mundo em permanente mutação. Os fundamentos, as fundações, vêm a substituir os incidentes, os acidentes. Trata-se de uma tentativa de tornar o mundo um lugar mais seguro, menos sujeitos às intempéries da vida, mais previsível, sólido... enfim, imutável.

De acordo com Dewey, este não é o único rumo que a filosofia pode tomar, aliás, este é meramente um rumo ilusório. A filósofa precisa, portanto, passar por uma mudança profunda e modificar sua atitude depreciativa no que concerne à idéia de prática. É preciso que a filosofia olhe para a prática como o único meio pelo qual tudo o que for julgado como admirável e louvável possa ser mantido na existência experimentável e concreta. E não é apenas a prática e a experiência

que devem substituir a ávida busca pela certeza que Dewey tanto critica. A filosofia deve também deixar de ignorar as conseqüências objetivas e as diferenças que elas acarretam nas relações naturais e sociais; deve deixar de desprezar o valor da ação, deixar de colocá-la em uma posição inferior às outras formas de processos mentais, ao pensamento e ao sentimento. Mas a ação nunca foi considerada pela filosofia como um meio de buscar a segurança, pois é sabido que:

nenhum modo de ação pode oferecer nada que se aproxime da certeza absoluta; ela apenas provê uma proteção, mas não uma garantia. O fazer está sempre sujeito ao perigo, ao risco da frustração. Quando os homens começaram a refletir filosoficamente, lhes pareceu muito arriscado deixar o lugar dos valores à mercê de atos cujos resultados não são nunca certos.<sup>23</sup>

A verdade, porém, é que mesmo os valores filosóficos, as concepções ideais do bem, não estão imunes à instabilidade e à incerteza que os cerca na experiência real, e por isso as pessoas tendem a se consolar projetando “uma forma perfeita de bem em um suposto reino da essência, quando não em um paraíso além dos céus terrenos, aonde a sua autoridade, se não a sua existência, é completamente inabalável”.<sup>24</sup> Segundo Dewey, a essência de todos os idealismos filosóficos tradicionais reside, assim, em mostrar que as realidades que constituem os objetos do mais elevado conhecimento são também dotadas daqueles valores que correspondem às melhores aspirações e louvores.

Em sua sagaz rejeição de toda espécie de dualismos, Dewey condena a separação empreendida pela filosofia entre valores, ou seja, ele recusa que os valores possam ser superiores ou inferiores uns em relação aos outros. A suposta segurança ofere-

cida pelas fundações transcendentais é apenas um consolo – e um consolo ilusório e provisório, pois não modifica minimamente a situação existencial. São inócuas, assim, as tentativas filosóficas de separar o pensamento da ação e a teoria da prática, bem como de ressaltar a busca cognitiva pela certeza absoluta em detrimento do esforço prático de fazer a existência do bem mais segura na experiência. De acordo com Dewey, portanto, a filosofia também se encontra no caminho errado quando considera que o pensamento pode ocupar a posição de bem supremo. A única consideração que pode auxiliá-la a tentar lograr uma segurança concreta no que diz respeito aos valores seria a perfectibilidade dos métodos da ação. Mas como, de qualquer modo, será impossível obter segurança a partir dos resultados da ação, os homens em sua busca incessante pela certeza necessitam ainda garantir a validade de suas crenças intelectuais.<sup>25</sup>

Ademais, a filosofia precisa se modificar também no campo da teoria da verdade, devendo, assim, rever o seu método de averiguar e testar a verdade:

Até que eles [os filósofos tradicionalistas e literalistas] tenham renascido na vida da inteligência, não estarão conscientes de que há um número crescente de pessoas que encontram segurança em *métodos* de investigação, de observação, de experimentação, de formar e seguir hipóteses de trabalho. Tais pessoas não ficam inseguras pela frustração de alguma crença, pois elas retêm a segurança do *procedimento*.<sup>26</sup>

O que deve estar em pauta, portanto, não é se certos valores, associados a tradições e instituições, possuem uma essência superior, mas sim quais julgamentos concretos devemos formar sobre os meios e fins na regulação do comportamento

prático. De acordo com Dewey, a ênfase colocada na primeira destas questões – isto é, a criação de dogmas sobre o modo pelo qual os valores são reais independentemente do que se faz – é responsável pelo estado de confusão e irresolução no qual se encontram os homens em face do caráter necessariamente mutável da ciência. Em outras palavras, se os homens tivessem associado suas idéias sobre valores com a atividade prática, ao invés de fazê-lo com a cognição de um ser supremo e anterior, eles jamais encontrariam problemas com as inovações científicas.<sup>27</sup>

O que a filosofia deve buscar não é o ser e o conhecimento em si, mas o estado da existência em momentos e lugares específicos, bem como o estado dos sentimentos, planos e propósitos sob circunstâncias concretas. A filosofia não deve se preocupar em elaborar uma teoria geral da realidade, do conhecimento e do valor, mas sim tentar compreender como crenças autênticas acerca da existência podem operar proveitosa e eficazmente em relação aos problemas práticos que são urgentes na vida real.<sup>28</sup>

O antifundacionalismo de Dewey se manifesta, portanto, em sua recusa incessante em torno da certeza e da segurança, não apenas em um nível filosófico, mas enquanto prática de vida. Dewey rejeita todos os tipos de dogmas, valores supremos, autoridades últimas, dualismos, e deseja substituí-los pela incerteza e imprevisibilidade da experiência humana, constantemente mutável e dinâmica. É a prática, a ação prática dos homens, que deve servir de fundamento para a filosofia, fundamento este que nem pode ser denominado como tal, assentado que está nas idéias de variação, de mutação e de incerteza.

Observe-se, por conseguinte, que, se por um lado, o ponto de partida do antifundacionalismo pragmatista é o mesmo,

por outro lado, o seu ponto de chegada parece indicar determinadas nuances em cada um dos três pragmatistas clássicos. Neste sentido, o antifundacionalismo de Peirce muitas vezes se converte em um falibilismo, na medida em que a inesgotabilidade do processo investigatório faz com que cada tentativa de conclusão seja antes uma nova fonte de informação passível de colocar a investigação novamente em marcha, revisando e corrigindo a si mesma permanentemente. No caso de James, seu antifundacionalismo, ao ampliar o escopo da teoria da significação pragmatista, parece já sinalizar fortemente com o conseqüencialismo. Do mesmo modo, Dewey apresenta um antifundacionalismo fortemente associado ao contextualismo pragmatista – que ainda analisaremos, contudo – ao ressaltar a conexão da experiência e da prática com uma filosofia que prescinde de fundamentos.

### 1.1.2. CONSEQÜENCIALISMO

O conseqüencialismo, ou instrumentalismo, representa a característica talvez mais conhecida do pragmatismo. Trata-se da insistência de olhar para o futuro, e não para o passado. A referência ao passado não é um dever para o pragmatista, ela deve ser feita apenas quando for metodologicamente interessante ao próprio estabelecimento do futuro. É para o futuro que o pragmatista olha e é para lá que ele se direciona. Disto decorre que tanto a teoria da significação, como a teoria da verdade, levadas a cabo pelo pragmatismo, caracterizam-se pela submissão permanente ao ‘teste’ conseqüencialista: o significado de uma proposição, bem como a sua verdade, apenas podem ser conhecidos se forem verificados a partir do teste de suas conseqüências. É aqui que entra em jogo a famosa questão pragmatista, aquela que não cessa sua indagação: quais as

diferenças que as conseqüências disto ou daquilo podem acarretar? É, portanto, antecipando conseqüências futuras que se produz conhecimento no âmbito do pragmatismo. E estas conseqüências futuras devem ser permanentemente antecipadas para que se possa conhecer qual delas é melhor, a mais satisfatória, a mais útil e a mais benéfica. Enfim, é neste ponto que encontramos algumas das variações mais interessantes entre os três autores pragmatistas sob análise.

Peirce insistia em afirmar que a função do pragmatismo consiste em facilitar o esclarecimento de idéias obscuras e ajudar a compreender idéias que são claras, porém difíceis de serem entendidas. A chave para a realização desta tarefa reside em um método, qual seja o de resolver confusões conceituais relacionando o significado dos conceitos às suas conseqüências. Se o significado das proposições reside no seu futuro, por conseguinte, também os raciocínios devem dirigir-se ao futuro, pois seu significado se refere à conduta prática – e a única conduta passível de controle é a conduta futura.

De acordo com Habermas, no entanto, o pragmatismo de Peirce oferece muito mais do que um mero critério para esclarecer e definir o sentido de concepções e teorias, posto que formula uma lógica de investigação orientada pela reflexão que o leva a fornecer uma resposta à questão sobre como o progresso científico é possível: “o pragmatismo responde a esta pergunta legitimando a validade das formas sintéticas da inferência a partir do contexto transcendental da atividade instrumentalista”, explica Habermas.<sup>29</sup>

Na origem deste instrumentalismo que se centrava na idéia de que o significado apenas se conhece através do propósito (*purpose*), está, certamente, a influência do darwinismo no pragmatismo. Para Peirce, a mente consiste em um mecanismo prático, tendo em vista que é instrumental para a sobrevi-

vência do homem. Assim como o significado se adapta ao seu propósito, o sujeito se adapta ao seu fim, e a mente, por sua vez, constitui-se em um mecanismo adaptativo para enfrentar o ambiente externo.<sup>30</sup>

Entre o final de 1877 e o início de 1878, o pragmatismo de Peirce vem à tona publicamente pela primeira vez, recebendo nome próprio e formas distintas em uma pequena série de artigos publicados em importantes periódicos de sua época. É em um destes textos que se encontra a formulação original de sua conhecida 'máxima pragmática':

Considere quais efeitos, que podem concebermente ter suportes práticos, nós concebemos que o objeto da nossa concepção tenha. Então, nossa concepção daqueles efeitos é o total das nossas concepções do objeto.<sup>31</sup>

Alguns anos mais tarde, Peirce tentou fazer da máxima pragmática – a qual assume ter formulado originalmente na forma de uma máxima lógica – um teorema filosófico, reformulando-a da seguinte forma:

Pragmatismo é o princípio de que todo julgamento teórico exprimível em uma sentença no modo indicativo é uma forma confusa de pensamento cujo único significado, se é que há algum, reside na sua tendência de cumprir (*enforce*) uma máxima prática correspondente exprimível como uma sentença condicional que tenha sua apódose no modo imperativo.<sup>32</sup>

Em outra ocasião, ainda mais tarde, Peirce elaborou mais uma formulação da máxima pragmática, desta vez em termos semióticos:

O inteiro significado intelectual de qualquer símbolo consiste no total de todos os modos gerais de conduta racional, os quais condicionalmente sob todas as circunstâncias e desejos diferentes possíveis resultariam na aceitação do símbolo.<sup>33</sup>

Em que consiste a máxima pragmática, afinal? Trata-se de uma máxima lógica, de um princípio regulativo, ou trata-se de uma verdade positiva que pode ser tomada como uma hipótese científica que requer confirmação indutiva? De acordo com Nathan Houser, estudioso de Peirce e responsável por uma das mais recentes coletâneas de sua obra, a máxima pragmática é, ao mesmo tempo, tudo isso. A máxima pragmática é, por conseguinte, uma espécie de teste para verificar se concepções e teorias se relacionam de fato com a experiência.<sup>34</sup>

O que Peirce se refere na formulação da máxima pragmática como 'conseqüências práticas' são claramente proposições condicionais do tipo se *p* então *q*, nas quais o antecedente '*p*' descreve uma ação ou condição experimental, e o conseqüente '*q*' descreve um fenômeno observável ou um 'efeito sensível'.<sup>35</sup> O objeto em jogo, portanto, é definido por meio da soma de seus possíveis comportamentos práticos, por conseguinte, o significado das concepções se refere necessariamente a experiências futuras. A conduta futura, ainda não realizada, é a única que pode ser objeto de autocontrole – sempre que um homem age intencionalmente ele o faz a partir de uma crença baseada em algum fenômeno experimental prévio, pois o que leva as pessoas à ação é um objetivo, um propósito (*aim*).<sup>36</sup> Daí a insistência de Peirce em afirmar que, para se compreender o pragmatismo, é preciso investigar o que pode vir a ser um fim último, capaz de ser buscado através de um curso de ação indefinidamente prolongado.<sup>37</sup>

Se a máxima pragmática, tal como formulada por Peirce em termos lógicos, filosóficos ou semióticos, ainda assim parece difícil de ser apreendida na extensão total do seu significado, ela recebe de William James, no entanto, uma versão aparentemente mais compreensível. De acordo com James, em sua tarefa de tornar o pragmatismo uma filosofia popular, inteligível não apenas para os iniciados, mas também para os leigos:

para se obter uma clareza perfeita em nossos pensamentos sobre um objeto, precisamos apenas considerar quais efeitos práticos concebíveis o objeto pode acarretar – quais sensações podemos esperar dele, e quais reações devemos preparar. Nossa concepção destes efeitos, seja imediata ou remota, é então a totalidade da nossa concepção do objeto, na medida em que aquela concepção tenha um significado positivo.<sup>38</sup>

A máxima pragmática, contudo, ganha com James aplicações que excedem os limites da teoria da significação. Com efeito, James incorpora o espírito pragmatista e demonstra como a máxima (que algumas vezes, no entanto, ele chama de princípio) pragmática se aplica em situações concretas da prática cotidiana. Seja para solucionar uma contenda metafísica, seja para resolver um problema corriqueiro, a pergunta que o pragmatista deve se colocar será sempre a mesma: “Quais diferenças práticas são concebíveis entre um e outro caso?” E a resposta que ele busca obter tem por finalidade identificar qual dos dois objetos em questão, sejam eles quais forem, é melhor para aquele que se faz a pergunta. “De acordo com os princípios pragmáticos, nós não podemos rejeitar nenhuma hipótese se dela decorrem conseqüências úteis para a vida”.<sup>39</sup> Ou seja, o que está em jogo é analisar – ou comparar – concep-

ções, a fim de determinar quais efeitos práticos positivos elas podem trazer no futuro. Deste modo, o pragmatismo, em princípio, não rejeita terminantemente nenhuma concepção, bem como não adota nenhuma outra em caráter terminativo. As concepções só são adotadas na medida em que são boas – ou úteis – para o pragmatista, naquele momento – pois, em um momento futuro, elas podem deixar de ser. Assim se entende que, pragmaticamente, por mais que o pragmatismo tenda, por exemplo, a se alinhar com concepções particularistas e rejeitar aquelas de caráter universalista, esta relação pode se inverter em um determinado momento, se assim for útil ao pragmatista.

Concepções universais, enquanto coisas a se considerar, podem ser tão reais para o pragmatismo quanto são as sensações particulares. Entretanto, elas não têm nenhum significado e nenhuma realidade se elas não tiverem nenhum uso. Mas se elas tiverem algum uso, terão então um significado equivalente. E o significado será verdadeiro se o uso se compatibilizar com outros usos da vida.<sup>40</sup>

Mais do que um pretenso relativismo, o que este exemplo do posicionamento pragmatista de James indica é um vigoroso conseqüencialismo. Todas as hipóteses devem ser testadas, e o devem ser instrumentalmente – isto é, a partir da dedução de suas conseqüências. Se estas não se mostrarem úteis ao pragmatista, devem ser descartadas, pois é a sua utilidade que faz com que se tornem significativas e reais. Quanto àquelas hipóteses cujas conseqüências se mostrem úteis aos olhos do pragmatista, serão tão significativas quanto a utilidade que delas se revelar. E o significado destas hipóteses será ainda um significado verdadeiro, isto é, o objeto em questão será considerado uma verdade, na medida em que ele se adicione positi-

vamente a outros objetos presentes na experiência, dando início assim ao processo pragmatista de criação da verdade.<sup>41</sup>

O pragmatismo de James, por conseguinte, coloca em pauta uma concepção instrumental de verdade, a qual é também compartilhada por Dewey, conforme veremos adiante. Tal concepção pode ser sintetizada pela noção de que uma idéia é verdadeira à medida que acreditar nela seja proveitoso para a vida de uma pessoa. Disto decorre que a verdade é, segundo James, uma espécie de bem (*good*) e não meramente uma categoria correlata, ou mesmo distinta dele. “A verdade é o nome de tudo o que prove ser bom em matéria de crença”.<sup>42</sup> De acordo com James, não é possível separar o que é *melhor* para as pessoas do que é *verdadeiro* para elas. De onde ele deduz que a verdade pode ser definida como “o que é melhor para nós acreditarmos”.<sup>43</sup> O teste da verdade, portanto, é encontrar aquilo que melhor direciona a vida no sentido de adaptar continuamente a experiência.

Desta simples sugestão o pragmatismo obtém sua noção geral de verdade como algo essencialmente ligado com o modo pelo qual um momento de nossa experiência pode nos levar a outros momentos aos quais valerá a pena ter sido levado. Primeiramente, e no nível do senso comum, a verdade de um estado de mente significa esta função de uma direção que vale a pena. Quando um momento em nossa experiência, de qualquer tipo que seja, nos inspira com um pensamento que é verdadeiro, isso significa que mais cedo ou mais tarde nós mergulharemos de novo através da orientação daquele pensamento nas particularidades da experiência e faremos conexões vantajosas com elas.<sup>44</sup>

A questão que o pragmatismo se coloca, portanto, é: os acréscimos de novas experiências que temos àquelas já exis-

tentes fazem com que a nossa experiência geral aumente ou diminua de valor? Estes acréscimos são valiosos ou não? Eles valem a pena ou não? Este tipo de consequencialismo é visto por James como uma espécie de criatividade inerente ao pragmatismo.<sup>45</sup> Caracterizando-se como uma filosofia eminentemente prospectiva, voltada para o futuro, o pragmatismo encara não apenas a verdade, mas a realidade, o mundo, como algo inteiramente maleável, à espera de receber a sua forma final de nossas próprias mãos. Afinal, quando somos nós mesmos a dar forma à nossa verdade e realidade, esta forma será sempre uma que vale a pena, e que nos é benéfica.

Se a teoria da verdade de James o afasta de Peirce ao transgredir os limites da lógica e da ciência, no entanto, ela o aproxima de Dewey. Assim como James, também Dewey esforça-se por encontrar um terceiro caminho entre a definição de verdade enquanto consistência (ou acordo), defendida pelo idealismo, e a definição de verdade como correspondência, prezada pelo realismo. De acordo com Dewey, a primeira suposição em comum feita tanto pelos idealistas quanto pelos realistas é que uma proposição (*statement*), por natureza, implica uma assertiva (*assertion*) de sua própria verdade. Para o pragmatista, ao contrário, uma afirmação ou proposição, na exata medida em que possui genuinamente uma qualidade intelectual, implica uma dúvida relativa à sua própria verdade, bem como uma busca e uma investigação pela verdade. Segundo Dewey, a proposição que assevera ou assume sua própria verdade, nos moldes realistas e/ou idealistas, consiste em nada mais do que um dogmatismo absoluto. Se há uma proposição, isso não significa que há também uma verdade nela contida; significa apenas que há razões plausíveis para que se infira a verdade dela, e que tal inferência decorra de determi-

nadas investigações levadas a cabo pela dúvida – e não pela verdade – inerente à existência da proposição.<sup>46</sup>

Assim, Dewey acredita que o primeiro passo da crítica pragmatista à noção de verdade tanto do idealismo quanto do realismo deve ser questionar a idéia de que por natureza toda proposição implica uma assertiva de sua própria verdade. Esta convicção deve ser, por conseguinte, substituída pela suposição de que toda proposição é uma hipótese relativa a algum estado de coisas, e que é de sua natureza ser duvidosa, incerta, quanto à verdade. E mais do que isto, a assertiva que a proposição faz de sua própria verdade é apenas condicional, pois é meramente um meio de iniciar atividades de investigação que vão então testar o valor (*worth*) de sua reivindicação. Portanto, a verdade apenas pode existir no teste da reivindicação e nos atos subsequentes que ele prescrever.<sup>47</sup>

A teoria pragmática da verdade pretende deste modo representar fielmente o método da ciência, o qual, de acordo com Dewey: a) considera todas as proposições como provisórias ou hipotéticas até que sejam submetidas a testes experimentais; b) empenha-se para organizar estas proposições em termos que indiquem os procedimentos necessários para testar a elas mesmas; e c) nunca esquece que mesmo proposições asseguradas consistem em nada mais do que sumários de investigações e testes anteriores e, por conseguinte, estão sujeitas a revisões que venham a ser requeridas por novas investigações.<sup>48</sup>

Já o segundo passo que deve ser dado pela crítica pragmatista ao conceito de verdade idealista e/ou realista, segundo Dewey, consiste em reconhecer que com a mudança proposta pelo pragmatismo as proposições ganham uma perspectiva de futuro, uma referência futura, ao passo que a noção tradicional de verdade, ao contrário, faz com que as proposições se refiram sempre a condições antecedentes. Tanto para o idea-

lista como para o realista a verdade é uma propriedade que já existe previamente nas proposições, tornando-se por isso irrelevante para eles conhecer o que se faz com a proposição, o que deriva do seu uso, as diferenças que ela acarreta na experiência futura, entre outras coisas cruciais ao pragmatismo.

O pragmatista diz que como toda proposição é uma hipótese que se refere a uma investigação a ser ainda realizada, sua verdade depende de sua carreira, de sua história: isto é, a proposição se tornará ou será feita verdadeira (ou falsa) no processo de satisfazer ou frustrar sua própria proposta.<sup>49</sup>

Para Dewey, portanto, é da natureza das proposições serem hipotéticas e tentativas. Elas apenas serão verdadeiras se este for o resultado do processo de investigação que busca aferir a sua verdade. Em outras palavras, as proposições só podem ser tidas como verdadeiras se as conseqüências futuras do processo de investigação de sua verdade assim indicarem. Para o pragmatismo, afinal, uma vez que todas as proposições contêm intrinsecamente e necessariamente uma referência ao futuro, sua verdade ou falsidade depende do sucesso ou da derrota de sua finalidade. Por conseguinte, o maior rompimento do pragmatismo com o idealismo e o realismo – cada qual, todavia, com as suas peculiaridades – consiste em mostrar que o conceito de verdade não pode ser dado em si mesmo, tampouco o pode ser aprioristicamente, isto é, ele não pode estar voltado para trás, referir-se a um significado prévio, antecedente.<sup>50</sup>

Assim, o terceiro passo da teoria pragmatista deve ser, segundo Dewey, considerar o modo peculiar através do qual uma proposição cumpre a sua missão, exerce a sua finalidade. E o que está em jogo aqui é exatamente a idéia de finalidade, ou

seja, de se alcançar um fim determinado. Neste sentido, Dewey afirma que o conceito pragmatista de verdade é responsivo, pois ele responde a alguma coisa, a alguma necessidade, a um fim desejável. E, ao mesmo tempo, este conceito pode ser constantemente corrigido, uma vez que sua constituição decorre de um processo permanente de investigação, de verificação do seu significado. Por conseguinte, ser um conceito verdadeiro significa ter sido verificado proveitosamente sob as condições de teste. E se estas condições se modificarem, se complexificarem, por exemplo, aquilo que já era verdade deverá passar por uma revisão, podendo, talvez, sob as novas condições, deixar de sê-lo.<sup>51</sup>

A definição de verdade por meio de referência às conseqüências futuras leva Dewey a caracterizar as proposições como aquilo que deve ser utilizado de um certo modo a fim de alcançar fins que são desejáveis, ou ainda evitar aqueles indesejáveis. É o teste das possíveis conseqüências de uma proposição, isto é, sua capacidade de produzir ou não tais conseqüências sob as condições do teste que constituirão, no futuro, a verdade. Ou, em outras palavras, a verdade significa a satisfação das conseqüências às quais uma proposição se refere. Estas definições vêm ao encontro das idéias de Dewey acerca da noção de tempo, mais especificamente do tempo futuro. De acordo com Dewey, de um modo geral, a futuridade está sempre incluída diretamente em todo e qualquer evento presente. Uma vez que todas as coisas – sejam elas proposições cognitivas ou eventos da experiência prática – são passíveis de terem as suas conseqüências inferidas a qualquer momento, o futuro destas coisas está sempre compreendido no seu presente. Desse modo, conforme explica Dewey, o passado, o presente e o futuro estão em um mesmo nível, pois todos constituem apenas fases de uma mesma coisa.<sup>52</sup>

### 1.1.3. CONTEXTUALISMO

O contextualismo consiste talvez em uma das características do pragmatismo que mais encontra reflexos no âmbito da história da filosofia. Trata-se de insistir na importância de que as investigações filosóficas estejam atentas ao papel do contexto em seu desenvolvimento. Em outras palavras, trata-se de reivindicar consideração às crenças políticas, religiosas, científicas, enfim, à cultura da sociedade e às relações que mantém com as instituições e práticas sociais. A este corpo de crenças, o pragmatismo chama de experiência. E a experiência é o conceito-chave para que se possa compreender a idéia de contexto; aliás, em termos gerais, pode-se dizer que a experiência é o mais abrangente dos contextos. Associado ao conceito de experiência está outro de extrema relevância para o pragmatismo, qual seja o conceito de prática. A prática é o principal elemento constitutivo da experiência; além de ser um conceito presente no seio do antifundacionalismo e do conseqüencialismo pragmatista, como vimos, o é também – e principalmente – de seu contextualismo.<sup>53</sup> A prática, que o pragmatismo quer sobrepor à teoria, remete diretamente à formulação do conceito pragmatista de ação, o qual, ao lado das crenças, é vital para que se compreenda a idéia pragmatista de contextualismo. Ainda, no centro desta idéia, vale dizer, no centro do contextualismo pragmatista, está o conceito de investigação e, mais especificamente, o conceito de ‘comunidade de investigação’. A este conceito, o pragmatismo alia algumas de suas principais idéias contextualistas: a ênfase nos fatos (o método pragmatista, experimental em sua essência, se baseia, sobretudo, nos fatos inquestionáveis da experiência cotidiana e no que pode ser deduzido deles), a relevância da concretude, a importância do social (para o pragmatismo, o pensamento está sem-

pre incrustado em um contexto de prática social), o papel da comunidade, a idéia de adaptação, enfim, vários conceitos sobre os quais nos debruçaremos a partir de agora ao conhecer a sua elaboração em cada um dos três pragmatistas originais.

O pragmatismo, a partir de Peirce, se vale da definição de crença cunhada em primeira mão por Alexander Bain, um dos fundadores da Nova Psicologia na Inglaterra: crença é aquilo que prepara um homem para agir.<sup>54</sup> A crença não é, portanto, um modo transitório da consciência, ela é um hábito da mente essencialmente duradouro por algum tempo e em boa parte inconsciente e, como outros hábitos da mente, se auto-satisfaz perfeitamente. Mas o que é uma crença? Ela se define por três propriedades: a) ela é algo de que se está ciente; b) ela sacia a irritação causada pela dúvida; e c) ela se inclui no estabelecimento, na natureza humana, de uma regra de ação, ou um hábito. O conhecimento de uma crença é essencial para a sua existência. As crenças guiam os desejos e dão forma às ações. A crença é um estágio da ação da mente, um efeito do pensamento sobre a natureza, o qual vai influenciar o pensamento futuro.

As coisas reais têm o efeito de causar crenças, pois todas as sensações que elas despertam emergem na consciência na forma de crenças. Para se saber o que é uma coisa, entretanto, é preciso antes saber que hábitos esta coisa envolve. No entanto, para se identificar um hábito, por sua vez, é preciso se entender como ele leva à ação, sob quaisquer circunstâncias, mesmo aquelas improváveis. Ou seja, o que o hábito é depende de quando e como ele causa uma ação. A formação de um hábito é uma indução e, por isso, as ações voluntárias resultam de sensações produzidas por hábitos e as ações instintivas decorrem da natureza original do homem, explica Peirce.<sup>55</sup> O hábito provoca a ação tanto no mundo da experiência como

no mundo da imaginação. Todas as pessoas possuem hábitos e, ao mesmo tempo, uma capacidade de controlar suas ações futuras: a função do pensamento é produzir hábitos de ação. Afinal, a essência da crença é o estabelecimento de um hábito. A dúvida, ao contrário, é uma privação do hábito. O teste da dúvida e da crença é a conduta.<sup>56</sup>

Tanto as dúvidas (*doubts*) quanto as crenças possuem um efeito positivo sobre as pessoas, apesar de este efeito ser bastante diferente em cada um dos dois casos. As crenças, apesar de não fazerem com que as pessoas ajam imediatamente, as colocam em uma posição tal que, quando surgir uma ocasião, se comportem de um determinado modo. Já as dúvidas, por seu turno, estimulam continuamente as pessoas à ação, até que sejam destruídas. Isto porque a dúvida consiste em um estado angustiante e desagradável do qual as pessoas lutam para se livrar e passar ao estado de crença, este satisfatório e calmo, e que ninguém deseja evitar. A irritação causada pela dúvida leva as pessoas, portanto, a uma luta para alcançar um estado de crença. A esta luta, Peirce chama de investigação (*inquiry*). A investigação tem como único objetivo o estabelecimento da opinião, ou seja, fazer cessar o estado de dúvida e instalar a crença. E observe-se que, uma vez atingida a crença, ela é sempre satisfatória não obstante ser verdadeira ou falsa. Como afirma Peirce, “nós buscamos uma crença que deveríamos pensar ser verdadeira”.<sup>57</sup>

Para satisfazer as dúvidas, portanto, torna-se necessário que se encontre um método através do qual as crenças não possam ser causadas por algo humano, mas por alguma coisa externa, alguma coisa sobre a qual o pensamento não surta efeitos. Este método deve ser tal que a conclusão de todos os homens que o utilizem seja a mesma. Segundo Peirce, este é o método da ciência.<sup>58</sup>

(...) o progresso da investigação os leva [os pesquisadores] à força para fora deles mesmos até uma única e mesma conclusão. Esta atividade do pensamento pela qual somos levados, não aonde desejamos, mas para um objetivo predeterminado, é como a operação do destino. Nenhuma modificação do ponto de vista tomado, nenhuma seleção diferente de fatos para estudo, nenhuma disposição natural da mente, pode habilitar um homem a escapar da opinião predestinada. Esta grande lei está incorporada na concepção de verdade e de realidade. A opinião que está fadada a ser, no final das contas, concordada (*agreed*) por todos aqueles que investigam, é o que denominamos por verdade, e o objeto representado nesta opinião é o real.<sup>59</sup>

Aqui está, por conseguinte, a essência do conceito dessa comunidade lingüística ou semiótica elaborado inicialmente por Peirce e posteriormente desenvolvido pelos outros autores pragmatistas: a 'comunidade de investigadores' ou 'comunidade de investigação'. Para Peirce, a identificação com a comunidade é fundamental para o progresso do conhecimento e das relações humanas. Apenas quando a investigação – esta espécie de pesquisa em um sentido bem mais amplo – é tomada como uma prática de vida, e mais do que isto, da vida da comunidade, é que o pragmatismo tangencia os conceitos de verdade e de realidade.

De acordo com o contextualismo de Peirce, a própria origem da concepção de realidade demonstra como ela envolve a noção de uma comunidade sem limites definidos e capaz de um aumento também indefinido de conhecimento. Em última instância, portanto, a realidade depende de uma decisão da comunidade, o que deve se dar quando esta atingir um estado de completa informação.<sup>60</sup> De onde se infere o erro básico e inicial dos nominalistas, ao definirem a crença como

algo individual. A investigação é sempre comunitária – as crenças individuais de cada um serão iguais à crença da comunidade como um todo no final do processo investigatório, pois as opiniões individuais necessariamente vão convergir para uma mesma opinião, da comunidade.

Como afirma Habermas, o que diferencia Peirce do positivismo é a sua compreensão de que a tarefa da metodologia não é a de esclarecer a construção lógica das teorias científicas mas clarear a própria lógica do método (o pragmatista) com a ajuda do qual as teorias científicas serão abordadas. Daí que as informações ganham caráter científico apenas quando é possível se obter um consenso duradouro e isento de coação acerca de sua validade. Consenso este que, prossegue explicando Habermas, não é definitivo, mas que tem em vista uma concordância definitiva.<sup>61</sup>

O processo contextualista que William James descreve sobre a formação da verdade e da realidade é, ao mesmo tempo, muito semelhante e muito diferente daquele desenvolvido por Peirce, principalmente quando fala sobre a consolidação de uma crença e o conseqüente estabelecimento de uma opinião. De acordo com James, os indivíduos possuem um estoque de opiniões antigas que é colocado em movimento quando elas se defrontam com uma nova experiência. À turbulência interna que decorre disso, tenta-se escapar modificando a massa de opiniões prévia. Interessante neste ponto é a observação de James, que afirma que os indivíduos tentam salvar o máximo possível de opiniões antigas, pois “em matéria de crenças, nós somos todos extremamente conservadores”.<sup>62</sup> Dando seqüência ao processo de formação da verdade, a nova idéia é então adotada como uma idéia verdadeira. Ou melhor, esta nova idéia é o que passa a representar a verdade, e não mais a idéia anterior – que já nem mais existe nesta etapa do processo. A

verdade é então a soma da idéia nova trazida pela experiência com as idéias anteriores já presentes na mente. Não se trata de uma soma exata, como sabemos. Há restos que são descartados, partes que são arredondadas, enfim, trata-se de um processo de integração do velho com o novo, cujo resultado será necessariamente verdadeiro. A nova idéia produzida, portanto, preserva o estoque anterior de verdades modificando-o minimamente, esticando as verdades antigas o suficiente para que admitam a nova idéia: “as revoluções mais violentas nas crenças de um indivíduo deixam em pé a maior parte de sua antiga ordem”.<sup>63</sup> De acordo com James, o que se passa com a verdade é uma espécie de ‘casamento’ entre a antiga opinião e o novo fato, o qual se processa com o máximo de continuidade e o mínimo de conflito.

Portanto, ‘ser verdadeiro’, explica James, significa apenas realizar este casamento entre as partes anteriores e novas da experiência. Os novos conteúdos agregados não são em si verdadeiros, verdadeiro é o que dizemos sobre eles. A verdade se auto-satisfaz apenas pela adição do novo conteúdo. E mais do que isto, ensina James, uma nova opinião conta como verdadeira na mesma proporção que satisfaz o desejo do indivíduo de assimilar a novidade de sua experiência às crenças do seu estoque. O sucesso da realização do casamento entre a antiga verdade e o novo fato depende da apreciação individual: “quando a antiga verdade cresce pela adição da nova verdade, é por razões subjetivas”.<sup>64</sup> Ressalte-se que este tipo de afirmação custou a James não apenas a insatisfação de Peirce, mas também persistentes críticas que até contemporaneamente insistem em caracterizá-lo pelo seu suposto e excessivo subjetivismo.<sup>65</sup>

Novamente as questões pragmatistas se colocam, desta vez sob novas vestes: “Admita uma idéia ou crença como sendo

verdadeira, quais diferenças concretas o fato de ela ser verdadeira acarreta na vida efetiva de qualquer pessoa?”; “Como a verdade vai ser realizada?”; “Que experiências serão diferentes daquelas que se obteriam se a crença fosse falsa?”. A resposta que James oferece para estas perguntas é única: “Idéias verdadeiras são aquelas que nós podemos assimilar, validar, corroborar e verificar. Idéias falsas são aquelas com as quais não podemos fazer isso. Esta é a diferença prática que faz para nós termos idéias verdadeiras”.<sup>66</sup> Disto decorre que a verdade de uma idéia não é uma propriedade inerente a ela, uma parte sua. “A verdade *acontece* a uma idéia. Ela se torna *verdadeira*, é *feita* verdadeira pelos eventos. Sua verdade é de fato um evento, um processo; o processo de sua própria verificação, sua *verificação* (*verification*). Sua validade é o processo de sua *validação* (*validation*)”.<sup>67</sup> Quando James se refere à verificação e à validação da verdade, o que está em jogo são as conseqüências práticas da idéia verificada ou validada. E, segundo ele, não há nada melhor para caracterizar estas conseqüências do que a ‘fórmula do acordo’ (*agreement-formula*), tal como elaborada por Peirce. Tais conseqüências práticas são, portanto, aquilo que temos em mente sempre que dizemos que nossas idéias ‘concordam’ com a realidade, explica James. O valor prático das idéias verdadeiras deriva primariamente da importância prática que o objeto da idéia tem para alguém.

Com efeito, James quer dar uma dimensão mais ampla àquilo que Peirce delineou como o acordo resultante do processo de investigação que leva à definição da realidade e da verdade. Consoante James, a própria palavra ‘acordo’ deve ser interpretada pragmaticamente, de modo que ela não seja tão essencial na formação do conceito de verdade. O que é essencial para James é o processo de ser conduzido à realidade

de e ao que é útil nesta realidade.<sup>68</sup> Em outras palavras, talvez possamos pensar que, enquanto para Peirce a verdade e a realidade só poderiam ser atingidas ao final de um longo processo de investigação, quando as opiniões de todos os participantes deste processo necessariamente convergissem, como consequência natural dele, para James, diferentemente, a realidade e a verdade se constituem e se reconstituem a todo momento, sempre que um novo fato é adicionado à experiência. Desta forma, a verdade e a realidade não são para James um resultado final, como em Peirce, mas uma espécie de 'resultado provisório', que se encontra sempre em constante mutação.

No campo dos processos da verdade, os fatos chegam independentemente e determinam nossas crenças provisoriamente. Mas estas crenças nos fazem agir, e tão logo elas o fazem trazem à vista ou à existência novos fatos que re-determinam as crenças correspondentes. Então todo o entrançamento (coil and ball) da verdade é o produto de uma dupla influência. Verdades emergem de fatos, mas mergulham na direção deles de novo e se adicionam a eles; estes fatos novamente criam ou revelam uma nova verdade e assim por diante, indefinidamente. Os 'fatos' em si entrementes não são *verdadeiros*. Eles simplesmente *são*. Verdade é a função das crenças que começam e terminam entre eles.<sup>69</sup>

Assim como os fatos da vida estão em mutação, a experiência também o está. Quando os fatos mudam, a experiência de quem os vivencia segue o mesmo curso, modificando-se também. A soma dos novos fatos com a experiência preexistente também resulta em uma mutação daquilo que se entende como verdade. Uma vez que a verdade simplesmente *é*, ela constitui a realidade que, por conseguinte, também se caracteriza pela

mutabilidade incessante. O que esta noção de mutabilidade tão presente no pragmatismo de James nos indica, todavia, é a idéia de *adaptação*, *adequação*. Afinal, ao entrar em contato com a experiência, o novo fato se adequa a ela, formando uma nova versão da verdade, agora adaptada à mudança que se sucedeu. A esta nova verdade se adapta a realidade e vice-versa. A mutabilidade latente no pragmatismo sugere uma adequação constante. Daí James afirmar que todas as teorias, todas as concepções, são nada mais do que modos mentais de adaptação à realidade.<sup>70</sup> E é por isto que o contextualismo pragmatista requer que estejamos o tempo todo atentos aos fatos e à experiência que eles constituem.<sup>71</sup>

Dos três pragmatistas originais, aquele que melhor descreveu o contexto foi, contudo, Dewey. Em outras palavras, foi ele quem realizou a tarefa de explicar exatamente o que o pragmatismo entende por contextualismo, elucidando e ilustrando as características e elementos definidores da idéia de contexto. De acordo com Dewey, o contexto é algo tão evidente, tão inescapavelmente presente, que isso até dificulta que nos tornemos conscientes do seu papel. Vale dizer, o contexto está tão arraigado às nossas vidas, especialmente às nossas práticas comunicativas, que o tomamos como dado, ignorando-o de certa forma. O contexto está especialmente impregnado nos hábitos de fala, na sintaxe e no vocabulário, em tudo o que falamos e ouvimos. Mas, consoante Dewey, assim como o significado dos atos lingüísticos, das proposições e das sentenças, todo e qualquer significado está inerentemente embebido pela idéia de contexto. Disto deriva o fato de que o contexto é essencial para o pensamento como um todo, e não apenas para a lógica ou a filosofia. Para o pensamento ganhar significado, ele precisa não apenas ser representado e interpretado a partir de signos e sinais, ele precisa necessariamente do

contexto, pois é este também que irá dar significado aos próprios símbolos.<sup>72</sup>

Dewey acredita que um dos maiores problemas do pensamento filosófico consiste em negligenciar o conceito de contexto. Se em parte isso se justifica precisamente pelo fato de que o contexto é algo sempre tão patente que chega a não ser notado, não significa, contudo, que ele possa ser negado. Segundo Dewey, ignorar sistematicamente o contexto implica virtualmente negá-lo. E quando isso acontece no domínio da filosofia, ou seja, quando as análises filosóficas tendem a ignorar o contexto, o que se tem como resultado é a falsificação destas análises.<sup>73</sup>

No que tange ao conteúdo e ao escopo do contexto, dois temas devem ser considerados: o 'pano de fundo' (*background*) e os interesses seletivos. Dewey compreende por 'pano de fundo' o conjunto do ambiente que a filosofia deve levar em consideração em toda as suas iniciativas. O 'pano de fundo' está sempre implícito de alguma forma e em alguma medida em todo e qualquer pensamento; ele nunca aparece de forma explícita e é isso que faz com que o seu papel seja exatamente o de 'pano de fundo'. Este 'pano de fundo' se exerce tanto no plano espacial como no plano temporal. O 'pano de fundo' temporal do pensamento é tanto intelectual como existencial. No primeiro caso, o que há é um 'pano de fundo' da cultura; e no segundo, um 'pano de fundo' da teoria. Sobretudo, não há pensamento que não se apresente sobre o 'pano de fundo' da tradição – as tradições são modos de interpretação, observação e avaliação de tudo aquilo que se pensa explicitamente a respeito. Já o 'pano de fundo' espacial cobre todo o cenário contemporâneo dentro do qual emerge um curso de pensamento.

O segundo tema que deve ser considerado em se tratando de contexto diz respeito ao que Dewey denomina interesses

seletivos; trata-se, na verdade, de uma outra palavra para denominar aquilo que é usualmente chamado pela filosofia de 'subjeto': o eu, o organismo, o sujeito, enfim, os interesses seletivos consistem nas características peculiares de cada situação individual, particular – é, em outras palavras, a individualidade. Vale dizer: segundo Dewey, a subjetividade é contextual em toda a matéria do pensamento; ela é, contudo, um modo de seleção da substância (*subject-matter*) e não a própria substância.<sup>74</sup>

A negação do contexto acarreta um grave problema metodológico para a filosofia e para a história do pensamento, afirma Dewey. O contexto das filosofias históricas, prossegue ele, é comumente tratado como se fosse simplesmente uma outra filosofia, diferente daquela. A ênfase contextualista do pragmatismo clama, portanto, que os textos filosóficos sejam estudados a partir dos seus contextos específicos, ressaltando-se a relação entre as idéias filosóficas e a vida social, bem como com a cultura da sociedade na qual tais idéias desenvolveram-se.<sup>75</sup>

Em qualquer período existe um corpo de crenças, bem como instituições e práticas associadas a elas. Nestas crenças estão implícitas vastas interpretações da vida e do mundo. Estas interpretações possuem conseqüências, freqüentemente de profunda importância. Em seu uso corrente, todavia, as implicações de origem, natureza e conseqüências não são examinadas e formuladas. Estas crenças e as práticas a elas associadas expressam atitudes e respostas que operaram sob condições de pressão direta e, muitas vezes, acidental. Elas constituem, conforme me parece, o material primário imediato de reflexão filosófica. O objetivo desta última é criticar este material, clarificá-lo, organizá-lo, testar sua coerência interna e tornar explícitas as suas conseqüências.<sup>76</sup>

É sobretudo o conjunto de crenças religiosas, políticas e científicas que compõe a *cultura* de uma determinada época e de um determinado lugar. E é justamente este o conjunto de crenças que abastece primariamente a substância da filosofia. E se a empreitada mais importante da filosofia deve ser descobrir, revelar, o contexto das crenças, “não podemos escapar da conclusão de que *experiência* é o nome do mais abrangente dos contextos”.<sup>77</sup> Por conseguinte, o significado da experiência para o método filosófico consiste em reconhecer a indispensabilidade do contexto para o pensamento.

Ainda que Dewey, ao definir e caracterizar a própria noção de contextualismo, apresente uma inovação ao corpus da teoria pragmatista, naquilo que concerne à aplicação da idéia de contexto, contudo, ele demonstra uma total continuidade com os desenvolvimentos anteriores de Peirce e James. Assim é, por exemplo, com o tema da investigação. Dewey prossegue na elaboração da idéia de comunidade de investigação, formulada originalmente por Peirce, e chega mesmo a oferecer uma definição para este conceito: “Investigação é a transformação dirigida e controlada de uma situação indeterminada em uma outra situação que é tão determinada em suas distinções e relações constituintes de modo a converter os elementos da situação original em um todo unificado”.<sup>78</sup> De acordo com Dewey, durante o processo de investigação, soluções possíveis são sugeridas pela determinação das condições fáticas que são asseguradas pela observação. Uma solução possível para a investigação se apresenta, todavia, na forma de uma idéia, assim como os fatos que constituem o problema inicial da investigação são instituídos pela observação. E o que são idéias? São conseqüências antecipadas, previsões daquilo que vai acontecer quando certas operações forem executadas sob certas condições. As idéias, bem como os significados propostos e a ob-

servação dos fatos constituem processos simultâneos, ou melhor, etapas simultâneas de um mesmo processo. Vale dizer: cada observação gera uma nova ordem de fatos, que por sua vez sugere uma nova idéia a ser verificada, e assim consecutivamente até que a ordem anteriormente existente se torna uma nova ordem unificada e completa.<sup>79</sup>

Como é possível verificar, o contextualismo pragmatista se apresenta de forma muito semelhante nos três autores que lhe deram origem. Em outras palavras, a ênfase nas idéias de experiência e de prática, a exaltação dos fatos e da necessidade de se proceder a uma investigação compartilhada para se gerar significados e idéias comunitariamente convergentes, estão todos presentes no pensamento dos três autores clássicos, cada qual, todavia, com as suas peculiaridades e incrementos próprios. Como bem observa Nicholas Rescher, por exemplo, Dewey parece ocupar uma posição intermediária entre Peirce e James, situando-se entre eles na mesma medida em que o interpessoal se situa entre o impessoal e o subjetivamente personalizado – de forma que o seu pragmatismo não seria nem objetivista como o de Peirce, nem subjetivista como o de James, mas seria sim um pragmatismo *social*.<sup>80</sup>

Vimos até aqui, portanto, como se desenvolve e se consolida a matriz filosófica do pragmatismo. Neste sentido, foi possível perceber que, entre outras coisas, as idéias de Peirce foram elaboradas por James e Dewey para muito além de seu escopo inicial. Se o pragmatismo foi preliminarmente concebido por Peirce como um método lógico, com James ele transcende esta fronteira, fazendo-se repercutir também nos planos da moral e da ética, e não mais como um simples método analítico. A partir de Dewey, as fronteiras filosóficas do pragmatismo são ainda mais alargadas, preparando já o terreno que trará o social como ponto de partida para que o pragma-

tismo desbrave outros campos do conhecimento, conforme veremos a partir do próximo capítulo. Além disso, se em Peirce o pragmatismo parecia ser filosoficamente apenas uma teoria da significação, a partir de James e Dewey ele começa a assumir também a forma de uma teoria da verdade. Teoria esta que, além de constituir-se como centro filosófico do pragmatismo, é suficientemente complexa a ponto de abarcar em si os três elementos nucleares da matriz pragmatista: o antifundacionalismo, o consequencialismo e o contextualismo. Com efeito, como foi possível verificar a partir da análise empreendida nas últimas páginas, a linha que separa estes três elementos é muito tênue, pois que eles estão largamente imbricados, relacionando-se mutuamente entre si, e apoiando-se uns nos outros até mesmo quando da definição de suas características próprias. Em outras palavras, é quase impossível definir o antifundacionalismo sem sinalizar com características consequencialistas e contextualistas do pragmatismo, e vice-versa. Os três elementos constitutivos da matriz filosófica do pragmatismo, cada qual com suas características peculiares, por conseguinte, apresentam-se como inter-dependentes e inter-relacionados – não obstante as nuances e variações particulares encontráveis em cada um dos três pragmatistas originais.

## Notas

<sup>1</sup> “Pragmatism as the Logic of Abduction”. In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume II, p. 241.

<sup>2</sup> Como já foi mencionado na introdução deste livro, o pragmatismo, como bem observou o próprio William James, é um novo nome para antigas formas de pensamento. Entre os antigos modos de pensar revitalizados pelo pragmatismo estão, principalmente, o utilitarismo de John Stuart Mill e o ceticismo característico do iluminismo escocês – conforme resta-

rá claro em muitas passagens ao longo deste capítulo. Além disso, e apesar de não constituírem influência direta (e admitida) como nos casos do utilitarismo e do ceticismo, é negável que o pragmatismo também apresente similaridades com outros sistemas de pensamentos desenvolvidos ao longo do século XIX, como o marxismo, o positivismo e o darwinismo. Estas semelhanças, bem como as diferenças também existentes, serão devidamente indicadas ao longo deste capítulo. Ressaltamos desde já, contudo, que as relações entre o pragmatismo e estas outras teorias serão mencionadas apenas na medida em que a referência se faça necessária para a devida contextualização do pragmatismo na história do pensamento. Evitaremos, portanto, um contraste mais consistente, pois isto fugiria claramente ao escopo deste livro.

<sup>3</sup> “Pragmatism is a maxim of logic; and logic can gain not the slightest support from metaphysics”. C. S. Peirce, “The Seven Systems of Metaphysics”. In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume II, p. 179.

<sup>4</sup> Contudo, como poderá ser inferido a partir das próximas páginas, James, por exemplo, acusava Peirce de aceitar parcialmente o nominalismo, e Dewey, por sua vez, dirigia a James a mesma crítica.

<sup>5</sup> “I should call myself an Aristotelian of the scholastic wing, approaching Scotism, but going much further in the direction of scholastic realism”. C. S. Peirce, “The Seven Systems of Metaphysics”. In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume II, p. 180. Cf. Hilary Putnam, “Pragmatism and Realism”. In: *Cardozo Law Review*, 18, p. 153 e segs. Este é um ponto importante. O que acontece é que, muito embora Peirce e seus contemporâneos afirmassem sua proximidade com o realismo e, ainda, muito embora este fato seja evidente em suas obras – conforme constataremos adiante nos próximos sub-itens deste capítulo –, autores contemporâneos que se auto-intitulam neopragmatistas, tal como Richard Rorty, afirmam insistentemente que o pragmatismo é anti-realista. Este ponto merece discussão mais extensa, a qual fugiria, todavia, ao escopo desse livro, que trata do pragmatismo clássico e não do chamado neopragmatismo. Mas por ora cabe salientar a nossa opinião de que: 1) o pragmatismo original, de Peirce, James e Dewey, era de fato vinculado ao realismo; 2) apenas o que se chama contemporaneamente de neopragmatismo na filosofia, representado por autores como o próprio Rorty, pode ser tido como caracteristicamente anti-realista; e 3) os motivos que levam neopragmatistas como Rorty a afirmarem que o pragmatismo é anti-realista são as críticas (realistas, como ele acredita) de autores posteriores a Peirce,

James e Dewey, logo, 4) o realismo que se associa à formulação original do pragmatismo (como no caso de Peirce, o realismo escolástico) não é o mesmo em que Rorty se baseia para dizer que o pragmatismo é anti-realista.

<sup>6</sup> É importante frisar que não se pretende fornecer aqui um panorama geral sobre o pensamento de Peirce, James e Dewey como um todo – o que, inclusive, fugiria ao escopo deste livro – mas apenas abordar a filosofia pragmatista de cada um deles naquilo que é essencial para a compreensão de sua importância para a teoria social e política, de modo que se possa conhecer a origem e o núcleo substantivo da filosofia pragmatista tal como desenvolvido em primeira mão pelos seus criadores.

<sup>7</sup> Ver Michael Brint e William Weaver, “Introduction”. In: *Pragmatism in Law and Society*, p. 1 e segs.

<sup>8</sup> “Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man”. In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume I, p. 13. Observe-se que o termo ‘autoridade’ é utilizado por Peirce enquanto categoria epistemológica, referindo-se àquilo que seria a fonte ou critério último das crenças – conforme restará evidente no curso da análise que se segue.

<sup>9</sup> “Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man”. In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume I, p. 21-23.

<sup>10</sup> “Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man”. In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume I, p. 24-26.

<sup>11</sup> “On Phenomenology”. In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume II, p. 158.

<sup>12</sup> “The Three Normative Sciences”. In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume II, p. 196. A filosofia pragmatista é, sem dúvida, tão prática quanto a filosofia marxista. Sobre a centralidade do conceito de prática, entre outros em comum a estas duas teorias, dedicaremos uma nota específica no item 1.1.3 deste capítulo, quando tratarmos do contextualismo.

<sup>13</sup> De acordo com Peirce, todas as categorias, em seu nível mais profundo, podem ser reduzidas a três categorias fundamentais: “Category the First is the Idea of that which is such as it is regardless of anything else. That is to say, it is a **Quality** of Feeling. Category the Second is the Idea of that which is such as it is as being Second to some First, regardless of anything else and in particular regardless of any law, although it may conform to a law. That is to say, it is a **Reaction** as an element of the Phenomenon.

Category the Third is the Idea of that which is such as it is as being a Third, or Medium, between a Second and its First. That is to say, it is **Representation** as an element of the Phenomenon”. Cf. “The Categories Defended”. In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume II, p. 160. Em outro lugar, Peirce afirma que a formulação de suas três categorias não foi influenciada pela de Hegel e que qualquer semelhança entre elas tratou-se de mera coincidência.

<sup>14</sup> *Conhecimento e Interesse*, p. 116.

<sup>15</sup> Ver, a respeito, o texto “The First Rule of Logic”. In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume II, p. 42-56.

<sup>16</sup> Ver Nicholas Rescher, *Realistic Pragmatism*, p. 52 e 53, entre outros.

<sup>17</sup> Neste sentido, Giles Gunn, “Introduction”. In: *Pragmatism and Other Writings*, p. xxi-xxii.

<sup>18</sup> “What Pragmatism Means”. In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 27.

<sup>19</sup> Idem, p. 28.

<sup>20</sup> “What Pragmatism Means”. In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 29.

<sup>21</sup> “The Present Dilemma in Philosophy”. In: *Pragmatism and Other Writings*, *passim*. Perceba-se, mais uma vez, as estreitas conexões do pragmatismo com o ceticismo característico do iluminismo escocês, bem como com o materialismo característico do marxismo.

<sup>22</sup> Além do idealismo, Dewey se opõe ao que denomina mais genericamente de filosofias absolutistas e fundamentalistas. Como neste último caso Dewey apresenta suas reflexões eminentemente no âmbito do tema da religião, não nos deteremos em sua análise a fim de não fugir em demasia do escopo deste livro.

<sup>23</sup> “Philosophy’s Search for the Immutable”. In: *The Essential Dewey*, volume I, p. 105.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> “Philosophy’s Search for the Immutable”. In: *The Essential Dewey*, volume I, p. 106-108.

<sup>26</sup> “Fundamentals”. In: *The Essential Dewey*, volume I, p. 349.

<sup>27</sup> Mais uma citação merece ser destacada: “The point (...) is thus to elicit the radical difference made when the problem of values is seen to be connected with the problem of intelligent action. If the validity of beliefs and judgments about values is dependent upon the consequences of action

undertaken in their behalf, if the assumed association of values with knowledge capable of being demonstrated apart from activity, is abandoned, then the problem of the intrinsic relation of science to value is wholly artificial". Cf. "Philosophy's Search for the Immutable". In: *The Essential Dewey*, volume I, p. 109.

<sup>28</sup> "Philosophy's Search for the Immutable". In: *The Essential Dewey*, volume I, p. 110. Observe-se aqui uma precipitação do contextualismo pragmatista, conforme ficará mais claro quando o estudarmos com mais detalhe no item 1.1.3.

<sup>29</sup> *Conhecimento e Interesse*, p. 137.

<sup>30</sup> Esta noção de mente como um mecanismo adaptativo está presente não apenas em Peirce, mas também em James e Dewey. Com efeito, todos os três admitiam a influência do darwinismo em seus pensamentos. Dewey inclusive escreveu um livro a respeito, intitulado *The Influence of Darwin on Philosophy*. Podemos dizer que não apenas a idéia de adaptação como visto acima, mas também a idéia de seleção característica do darwinismo se encontra presente no pragmatismo – o que será possível perceber no próximo item, 1.1.3, quando tratarmos do contextualismo pragmatista, o qual implica, entre outras coisas, um processo mental de seleção de crenças e idéias e, conseqüentemente, de hábitos e ações, como veremos. Sobre o assunto, vale ler um artigo de Dewey chamado "The Influence of Darwinism on Philosophy". In: *The Essential Dewey*, volume I, p. 39 e segs. Este artigo foi integrado ao livro sobre o mesmo tema citado acima.

<sup>31</sup> "How to Make Our Ideas Clear". In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume I, p. 132.

<sup>32</sup> "The Maxim of Pragmatism". In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume II, p. 134-135.

<sup>33</sup> "Issues of Pragmatism". In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume II, p. 346.

<sup>34</sup> Ver Nathan Houser, "Introduction". In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume I, p. xxxiv, e volume II, p. xxxvii. Ressalte-se, portanto, que a máxima pragmática é bem distinta do imperativo categórico kantiano, disto não se tem dúvida. Em primeiro lugar, a máxima pragmática não possui conteúdo substantivo apriorístico, é uma máxima lógica e não ética, e tampouco moral, como o imperativo kantiano. Além disso, a máxima pragmática não tem nenhuma pretensão de universalidade como o tem o imperativo categórico. Esta problematização é rele-

vante, visto que apesar de terem sido inicialmente leitores de Kant, todos os três primeiros pragmatistas buscam refutar o kantismo, especialmente o seu transcendentalismo, sua metafísica e seu universalismo – e esta refutação é uma característica crucial que distingue o pragmatismo enquanto teoria.

<sup>35</sup> Ver Risto Hilpinen, "Charles Sanders Peirce". In: *The Cambridge Dictionary of Philosophy*, p. 652.

<sup>36</sup> O conceito pragmatista de crença será explicado adiante no item 1.1.3 deste capítulo, quando tratarmos do contextualismo.

<sup>37</sup> "The Three Normative Sciences". In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume II, p. 202.

<sup>38</sup> "What Pragmatism Means". In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 25.

<sup>39</sup> "Pragmatism and Religion". In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 119. Ressalte-se que foram posicionamentos como estes que levaram James a ser intensamente criticado pelo seu subjetivismo ético.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> O fato de William James ter dedicado o seu livro *Pragmatism* a John Stuart Mill é apenas um dos indicadores da influência exercida pelo utilitarismo sobre o pragmatismo. Com efeito, o teste utilitarista acerca da propriedade das ações a partir de suas conseqüências sobre a felicidade das pessoas em geral, bem como a validação utilitarista dos princípios éticos por meio de sua utilidade social, entre outros, são elementos comuns a ambas as teorias em questão. Ressalte-se, contudo, que a idéia de 'felicidade geral' ou 'o maior bem para o maior número' não são em si apropriadas pelo pragmatismo. Apesar do amplo apelo social do pragmatismo, a utilidade não é por ele definida em termos de felicidade, e tampouco de felicidade do maior número. O que é útil para o pragmatismo é simplesmente aquilo que é melhor para cada pessoa. A utilidade é definida, portanto, em termos instrumentais. Ou seja, as coisas são úteis na medida em que conduzem eficazmente à realização dos fins dos indivíduos. Em James, especialmente, como estamos vendo, esta idéia vai até mesmo assumir um certo tom subjetivista. Vale lembrar aqui as considerações de Émile Durkheim a respeito das relações entre o pragmatismo e o utilitarismo. De acordo com Durkheim, o pragmatismo parece ser uma espécie de utilitarismo lógico e subjetivista, na medida em que classifica a verdade como aquilo que se prova útil ao indivíduo. Cf. *Pragmatismo y Sociología*, capítulo 15, p. 119 e segs.

- <sup>42</sup> “What Pragmatism Means”. In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 38.
- <sup>43</sup> “What would be better for us to believe! This sounds very like a definition of truth”. Cf. “What Pragmatism Means”. In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 38.
- <sup>44</sup> “Pragmatism’s Conception of Truth”. In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 90.
- <sup>45</sup> “Pragmatism and Humanism”. In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 112.
- <sup>46</sup> “The Problem of Truth”. In: *The Essential Dewey*, volume II, p. 113-114.
- <sup>47</sup> Idem, p. 114.
- <sup>48</sup> Idem.
- <sup>49</sup> “The Problem of Truth”. In: *The Essential Dewey*, volume II, p. 114.
- <sup>50</sup> “He [o pragmatista] will not only accept but he will explain the belief that ‘truths present things as they really are’; for he can define what the phrase means: Namely, that way of presenting things which is actually, not merely potentially, effective in securing the consequences with reference to which the things are causes. For purposes of knowledge, things ‘as they really are’ are things as they-are-in-the-securing-of-projected-ends. Thus pragmatism gives to the favored phrase of realism a meaning which is neither a fatuous truism nor a dogmatic prejudice”. Cf. “The Problem of Truth”. In: *The Essential Dewey*, volume II, p. 118.
- <sup>51</sup> Idem, p. 116 e segs.
- <sup>52</sup> “Events and the Future”. In: *The Essential Dewey*, volume I, p. 183.
- <sup>53</sup> A centralidade do conceito de prática no pragmatismo o remete diretamente ao marxismo. Com efeito, este não é o único elemento em comum nas duas teorias em questão. Como já ficou claro até este ponto de nossa discussão, o pragmatismo é talvez tão materialista quanto o marxismo. O antifundacionalismo pragmatista, com sua rejeição ao dogmatismo, aos princípios imutáveis e apriorísticos, à idéia de certeza e de verdade, se aproxima intensamente do marxismo. O mesmo vale para o contextualismo pragmatista, ora em análise, em sua ênfase nas idéias de experiência e de prática. O consequencialismo é o elemento da matriz pragmatista que apresenta menos similaridade com o marxismo, muito embora o teste das consequências práticas possa ser visto de bom grado sob a ótica marxista. Existem dois autores, aliás, simultaneamente marxistas e pragmatistas, que

defenderam a completa identidade entre estes dois pensamentos: Corliss Lamont e Sidney Hook. Uma outra referência bibliográfica imprescindível para se aprofundar este tema das relações entre pragmatismo e marxismo é o livro de George Novack, *Pragmatism versus Marxism*, que analisa o pragmatismo de Dewey pela via do marxismo. Vale, por ora, citar um pequeno trecho desta obra: “The high place Deweyism accorded to technique; its emphasis upon the value of conquering nature for the sake of increasing humanity’s social powers and common wealth; its stress upon the primacy of practice in human life and thought; its insistence that ideas verify their truth and worth by submitting to the test of practical consequences; its utilitarianism which, in its boldest representatives, verged upon materialism; its evolutionary optimism; its disdain for absolutes of any kind; its democratism; its demand that philosophy participate in social improvement – all these contributions of instrumentalism are permanent acquisitions of American thought. To be sure, none of these points is alien or unknown to Marxism”. Cf. *Pragmatism versus Marxism*, p. 300. Uma última curiosidade: Russell certa vez afirmou que Marx deveria ser considerado o primeiro expoente do pragmatismo, devido às estreitas relações entre este pensamento e o seu materialismo dialético. Cf. “Dewey’s New Logic”. In: *The Philosophy of John Dewey*.

<sup>54</sup> Peirce afirmou certa vez que foi Nicholas St. John Green, seu colega no Clube Metafísico, quem pela primeira vez chamou a sua atenção para este conceito de crença cunhado por Bain, e por isso ele (Green) seria, segundo Peirce, o ‘avô’ do pragmatismo. Cf. “Pragmatism”. In: *The Essential Peirce*, volume II, p. 399.

<sup>55</sup> “Some Consequences of Four Incapacities”. In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume I, p. 47.

<sup>56</sup> Observe-se aqui a estreita semelhança com David Hume. Peirce, assim como James e Dewey posteriormente, era um leitor declarado da obra de Hume. Peirce, inclusive, chegou a ser chamado de “Hume moderno” por Paul Carus, em 1892 (Cf. “Mr. Charles Peirce’s Onslaught on the Doctrine of Necessity”. *The Monist* 2, julho de 1892. A primeira seção deste artigo se intitula: “David Hume Redivivus”). O próprio Peirce revela este fato, como forma de admitir seu ceticismo filosófico, no artigo “On Phenomenology”. In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume II, p. 152. Em um longo manuscrito no qual faz uma espécie de retrospectiva de sua vida e dos caminhos que o levaram a desenvolver o conceito de pragmatismo, Peirce confessa a sua admiração por Hume (bem

como pelos ingleses Locke e Berkeley). Cf. "Pragmatism". In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume II, p. 423. Para um contraste mais nítido entre o pragmatismo e o pensamento humeano, vale ler o artigo de Peirce intitulado "On the Logic of Drawing History from Ancient Documents, Especially from Testimonies", no qual ele intenta "melhorar a teoria de Hume" a partir de uma prova lógico-matemática (que denomina como "Hume's Theory Improved") acerca da inconsistência da doutrina probabilística sobre o testemunho tal como desenvolvida por Hume ao dissertar sobre os milagres na seção X do seu *Enquiry Concerning Human Understanding*. Ressalte-se que, além de Peirce, James também admitiu que o ceticismo humeano influenciou a elaboração do seu pragmatismo (assim como os ingleses Locke, Berkeley, Mill e Bain). Cf. "Philosophical Conceptions and Practical Results". Por seu turno, Dewey também cita Hume extensivamente ao longo de toda a sua produção intelectual, confirmando a indubitável influência daquele autor em sua versão do pragmatismo.

<sup>57</sup> "The Fixation of Belief". In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume I, p. 115.

<sup>58</sup> Idem, p. 120.

<sup>59</sup> "How to Make Our Ideas Clear". In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume I, p. 138-139.

<sup>60</sup> "Some Consequences of Four Incapacities". In: *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, volume I, p. 52-55.

<sup>61</sup> *Conhecimento e Interesse*, p. 110. O 'método científico' do pragmatismo, tal como denominado por Peirce e compartilhado em seguida por James e Dewey, responde pelas várias críticas que pretendem associar o pragmatismo ao positivismo. Com efeito, é negável que existem pontos em comum entre o pragmatismo e o positivismo, como já deve ter ficado claro no item 1.1.1 deste capítulo quando tratamos do antifundacionalismo. Ademais, o positivismo lógico incluiu-se certamente entre as leituras de Peirce, enquanto James declarou-se um leitor de Mach e Poincaré, assim como Dewey um leitor de Comte e Spencer. Contudo, não se pode nem mesmo afirmar que o positivismo seja antifundacionalista, pois que a ciência indubitavelmente opera como uma fundação no positivismo, o que não acontece todavia no pragmatismo. Ademais, ao tentarmos compreender o pragmatismo a partir de sua matriz filosófica, como estamos fazendo aqui, o positivismo se afastaria do pragmatismo também pela ausência de ele-

mentos contextualistas e consequencialistas (estes principalmente, pois o pragmatismo olha para o futuro, enquanto o positivismo olha para o passado). Portanto, se o ponto de partida do positivismo e do pragmatismo coincide ao buscar rejeitar o transcendentalismo pelo apego à ciência, os rumos que as duas teorias tomam a partir deste ponto, bem como a finalidade que destinam ao conceito de ciência, são bastante distintos.

<sup>62</sup> "What Pragmatism Means". In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 31.

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> "What Pragmatism Means". In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 32.

<sup>65</sup> Uma das críticas contemporâneas neste sentido é feita por Nicholas Rescher. Cf. *Realistic Pragmatism*, p. 15 e segs.

<sup>66</sup> "Pragmatism's Conception of Truth". In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 88.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> "Any idea that helps us to deal, whether practically or intellectually, with either the reality or its belongings, that doesn't entangle our progress in frustrations, that fits, in fact, and adapts our life to the reality's whole setting, will agree sufficiently to meet the requirement. It will hold true of that reality." E, mais adiante, prossegue: "Agreement thus turns out to be essentially an affair of leading – leading that is useful because it is into quarters that contain objects that are important. True ideas lead us into useful verbal and conceptual quarters as well as directly up to useful sensible termini. They lead to consistency stability and flowing human intercourse. They lead away from excentricity and isolation, from foiled and barren thinking. The untrammelled flowing of the leading-process, its general freedom from clash and contradiction, passes for its indirect verification; but all roads lead to Rome, and in the end and eventually, all true processes must lead to the face of directly verifying sensible experiences somewhere, which somebody's ideas have copied". Cf. "Pragmatism's Conception of Truth". In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 94-95.

<sup>69</sup> "Pragmatism's Conception of Truth". In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 99.

<sup>70</sup> "Pragmatism and Common Sense". In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 86.

<sup>71</sup> "As good pragmatists we have to turn our face towards experience,

towards facts". Cf. "Pragmatism and Common Sense". In: *Pragmatism and Other Writings*, p. 74.

<sup>72</sup> "Context and Thought". In: *The Essential Dewey*, volume I, p. 206 e 207.

<sup>73</sup> Idem, p. 210.

<sup>74</sup> "Context and Thought". In: *The Essential Dewey*, volume I, p. 210 e 211.

<sup>75</sup> Vale observar aqui a estreita semelhança entre o pensamento de Dewey e aquele que será posteriormente desenvolvido por Quentin Skinner no campo da história do pensamento e da metodologia da história.

<sup>76</sup> "Context and Thought". In: *The Essential Dewey*, volume I, p. 214.

<sup>77</sup> Idem, p. 215.

<sup>78</sup> "The Pattern of Inquiry". In: *The Essential Dewey*, volume II, p. 171.

<sup>79</sup> Idem, p. 173-176.

<sup>80</sup> *Realistic Pragmatism*, p. 27 e segs.

## Capítulo 2

### PRAGMATISMO E TEORIA SOCIAL

*Há no pragmatismo um sentido da vida e da ação compartilhado com a sociologia: ambas tendências são filhas de uma mesma época.*

Émile Durkheim<sup>1</sup>

O pragmatismo e a sociologia são filhos da mesma época, como bem observou Durkheim ainda no momento em que ambos ganhavam forma e se consolidavam no cenário intelectual. Mas enquanto a sociologia efetivamente constituiu-se como disciplina acadêmica, o pragmatismo experimentou paulatinamente um esquecimento, até ser completamente banido dos próprios departamentos de sociologia que nasceram contemporaneamente a ele.

Contudo, durante os vários anos em que foi relegado ao esquecimento acadêmico, o pragmatismo desfrutou de uma espécie de sobrevida. Uma de suas ramificações mais frutíferas, o interacionismo simbólico, manteve de certa forma acesa a chama do pragmatismo no meio acadêmico norte-americano, no qual ele foi gerado.

O interacionismo simbólico sobreviveu graças aos esforços dos discípulos de G. H. Mead. Com efeito, Mead, ao lado de